**SUMÁRIO**

1. Apresentação.......................................................................................................03
2. Marcos Históricos e Fundamentação Legal da Educação Especial....................04
3. O Público - alvo da Educação Especial...............................................................11
4. A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.............................14
5. Plano Nacional da Pessoa com Deficiência-Viver sem Limites...........................16
6. Acessibilidade Escolar.........................................................................................21
7. Acesso ao Currículo.............................................................................................24

7.1. Orientações Didático-Pedagógicas..............................................................30

7.1.1. Deficiência Intelectual...........................................................................32

7.1.2. Deficiência Física.................................................................................37

7.1.3. Surdez e Deficiência Auditiva...............................................................39

7.1.4. Deficiência Visual..................................................................................41

7.1.5. Surdocegueira.......................................................................................44 7.1.6. Transtornos Globais do Desenvolvimento.............................................49

7.1.7. Altas Habilidades e Superdotação.......................................................50

7.1.8. Deficiência Múltipla...............................................................................51

8. Avaliação...............................................................................................................54

9. Atendimento Educacional Especializado..............................................................60

10. Núcleo da Diversidade e Equipe da Educação Especial ...................................63

10.1. Equipe de Educação Especial Inclusiva.....................................................69

10.1.1. Assistente Social.............................................................................70

10.1.2. Professor de Libras.........................................................................71

10.1.3. Fonoaudiólogo................................................................................71

10.1.4. Pedagogo ......................................................................................73

10.1.5. Professor de Braille...........................................................................76

10.1.6. Instrutor de Libras..............................................................................78

10.1.7. Tradutor/ Intérprete de Libras............................................................79

10.1.8. Psicólogo...........................................................................................81

10.1.9. Instrutor de Braille e Tecnologias Assistivas.....................................83

10.1.10. Terapeuta Ocupacional...................................................................84

10.1.11. Auxiliar de Vida Escolar ..................................................................87

10.1.12. Professor do Atendimento Educacional Especializado....................88

11. Considerações Gerais...................................................................................................92

12. Implantação da Proposta................................................................................. 97

13. Referências...................................................................................................... 98

Anexos

**1. APRESENTAÇÃO**

Este documento constitui em uma proposta para a efetivação do trabalho da Educação Especial que assume a inclusão como princípio organizador da escola, objetivando orientar a implementação da política de Educação Especial na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos – EJA do Sistema Municipal de Ensino de Vitória da Conquista, visando à organização de instituições escolares que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, a fim de favorecer a transposição de barreiras para a aprendizagem e propiciar a participação dos alunos com igualdade de oportunidades.

O princípio da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é garantir na organização escolar, o direito de acesso e permanência de cada aluno, independentemente de etnia, gênero, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. O aluno é sujeito de direito e foco de toda ação educacional, devendo ser assegurado o seu percurso de aprendizagem, perpassando por todos os níveis e etapas da educação.

O compromisso de favorecer a inclusão de alunos com deficiência exige que a escola regular ofereça possibilidades concretas de aprendizagem. Para tanto, é necessário propor estratégias que favoreçam aprendizagens significativas dos educandos, considerando sua singularidade, sua diversidade, seu ritmo e necessidades diferenciadas, oferecendo experiências que lhes permitam desenvolver suas potencialidades.

O município de Vitória da Conquista, em consonância com os dispositivos legais e considerando a crescente demanda de alunos com deficiência matriculados nas escolas e creches municipais, reconhece a importância da implantação de ações pedagógicas, administrativas e institucionais, com o intuito de garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência nas classes comuns do ensino regular. Nesse processo, é fortalecido o direito estabelecido pelos marcos legais que sustentam a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, garantindo o suporte para a educação destes alunos, como também, a oferta aos professores e às escolas do apoio necessário para a consolidação da educação para todos.

1. **MARCOS HISTÓRICOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Num enfoque histórico, o contexto mundial mostra a situação de marginalização, exclusão e segregação a que foram relegadas as pessoas com deficiência no Brasil e no mundo.

Essa realidade foi modificada à medida que a luta pela igualdade de oportunidades favorecesse a conquista de direitos humanos, até então inexistentes. No contexto escolar, segundo Romeu Kazzumi Sassaki, a educação da pessoa com deficiência passou por quatro fases significativas:

Fases da educação para pessoas com deficiência. A história da atenção educacional para pessoa com deficiência passou pelas fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão.

Fase de exclusão ― Nesta fase, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência. Estas eram consideradas indignas de educação escolar.

Fase de segregação institucional ― Por absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns, por parte das crianças e jovens deficientes, suas famílias se uniram para criar escolas especiais. Hospitais e residências eram também utilizados como locais de educação especial.

Fase de integração ― Crianças e jovens mais aptos eram encaminhados às escolas comuns, classes especiais e salas de recursos.

Fase de inclusão ― Todas as pessoas sãs incluídas nas salas comuns. Os ambientes físicos e os procedimentos educativos são adaptados para acomodar a diversidade do alunado. As escolas levam em consideração as necessidades de todos os alunos.

No contexto nacional, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff, e em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1961, o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61. Na década seguinte, a Lei nº 5.692/71, altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender “às necessidades educacionais especiais” e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. Sendo criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil.

Em nível regional, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais iniciou um trabalho de cunho clínico e educacional com as pessoas com deficiência a partir do ano de 1977, na cidade de Vitória da Conquista.

Na década de 80 foi extinto o CENESP, criando-se, então, no Ministério da Educação, a SEESP - Secretaria de Educação Especial e ligada a esta, a CORDE -Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que dispunha sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social e instituía a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Mantendo a responsabilidade da educação dos alunos com deficiência exclusivamente no âmbito da educação especial, a Política Nacional de Educação Especial orienta o processo de “integração instrucional” sem alterações nas atividades curriculares programadas do ensino comum. O Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade complementar e transversal a todos os níveis e modalidades de ensino regular.

Conforme levantamento de memórias, pesquisas e registros de profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista, a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino começou sua trajetória no final da década de 80, quando foram criadas as classes especiais nas escolas regulares, espaços para onde eram encaminhados os alunos que apresentavam dificuldades no processo de aprendizagem. Estas Classes Especiais, que surgiram em decorrência da necessidade de acompanhamento especializado para estes alunos, foram implantadas incialmente em algumas escolas da zona rural e zona urbana do município, dentre elas: Escola Municipal Iara Cairo Azevedo, Escola Municipal Claudio Manoel da Costa, Escola Municipal José Arcanjo dos Santos, extinta mediante Portaria 008/2006, Maria Célia Ferraz, Escola Municipal Maria Rogaciana da Silva, Escola Municipal Iza Medeiros, Escola Municipal Paulo Setúbal - CEI de Inhobim.

Entretanto, aqueles alunos com um maior comprometimento eram encaminhados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, enquanto outros permaneciam em seus respectivos lares.

Em 1997, estruturou-se uma equipe de Assessoria Técnico-Pedagógica composta por professor, psicólogo e pedagogos com o intuito de prestar atendimento, apoio e orientação aos alunos e professores das classes especiais.

A partir do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001, foi dado o direito de todos os deficientes frequentarem as classes regulares nas instituições de ensino. Em cumprimento a esta política pública, as classes especiais foram extintas, sendo realizada uma avaliação criteriosa dos alunos no final do ano letivo, dentre estes, os com graus acentuados de dificuldades de aprendizagem e de vida autônoma, foram encaminhados para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, outros permaneceram na rede regular de ensino com o apoio da Equipe de Assessoria Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação.

Para atender aos alunos que permaneceram na rede regular e apresentavam dificuldades de aprendizagem e outros que possuíam deficiências, criou-se em meados de 2003 o Centro Psicopedagógico – CEPS, composto por três psicólogos, três psicopedagogos, uma assistente social, uma professora de teatro, um professor de educação física, uma professora de artes, uma professora de alfabetização e uma fonoaudióloga, que realizavam oficinas de alfabetização, de teatro, de esportes e de artes, no contexto terapêutico. Além disso, havia atendimentos individualizados e grupais de orientação aos coordenadores escolares e aos professores destes alunos das unidades municipais de ensino.

Concomitantemente a este período, o Ministério da Educação, por meio da então, Secretaria de Educação Especial – SEESP, instituiu, de acordo ao índice do desenvolvimento humano e à localização geográfica, 106 municípios-polo para atuarem como multiplicadores para municípios da sua área de abrangência e desenvolverem o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade em todos os estados e no Distrito Federal. O município de Vitória da Conquista, sendo designado como município-polo, participou neste período, em Brasília, do I Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores deste Programa. No ano de 2004, o município-polo de Vitória da Conquista realizou o I Curso de Formação de Gestores e Educadores para a sua rede de ensino e para 53 municípios, do Sul e extremo Sul da Bahia.

Com a extinção do Centro Psicopedagógico em 2005, alguns profissionais que faziam composição do mesmo, foram integrados ao Núcleo Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, denominado Núcleo de Inclusão. Em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e de acordo com as recomendações aos sistemas de ensino, a equipe, neste período, focou seu trabalho nas atividades referentes às visitas escolares, orientação dos professores e alunos público alvo da educação especial e encaminhamentos destes, quando necessário, a instituições especializadas.

Como ação compartilhada, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, em 2006, disponibilizou para este município-polo equipamentos, mobiliários e material pedagógico, para a implantação da primeira sala de recursos multifuncionais destinada ao Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire -CAIC, com intuito de oferecer suporte técnico-pedagógico aos educadores que possuíam alunos com deficiência, enquanto outros professores participavam de cursos na modalidade à distância, modalidade presencial e semipresencial, por intermédio da Universidade Aberta do Brasil - UAB e pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica, objetivando o aperfeiçoamento do Atendimento Educacional Especializado.

Em cumprimento à legislação vigente no ano de 2009 houve uma inserção significativa de alunos com deficiência e acentuado comprometimento físico e comportamental, em função disso, a Secretaria Municipal de Educação criou a função do profissional cuidador monitor, atualmente chamado de Auxiliar de Vida Escolar, para atender a esses alunos, que não conseguiam ter uma vida autônoma sem depender de alguém que o auxiliasse para fazer as atividades básicas e para atender a outras especificidades dos alunos com deficiência.

De acordo ao princípio da inclusão, a Gestão Municipal vem realizando nos últimos anos a contratação de recursos humanos, a formação docente, adequação da estrutura física das unidades escolares, dos mobiliários e dos recursos didáticos, além da ampliação da oferta do atendimento educacional especializado, com a implementação de Salas de Recursos Multifuncionais em escolas das zonas urbana e rural.

No contexto nacional, a Secretaria de Educação Especial – SEESP, responsável por desenvolver programas, projetos e ações a fim de implementar a Política Nacional de Educação Especial, voltadas a pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, foi extinta no ano de 2012, pelo processo de reestruturação regimental do Ministério da Educação, ficando seus programas e ações vinculados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, conforme preconiza o Decreto Nº 7.690/2012:

Art. 20.À Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão compete:

I - planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

II - implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

III - coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e

IV - apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais.

Ao final do ano de 2012, foi proposta pela SMED e aprovada pelo Conselho Municipal de Educação a Resolução 038/2012, que fixa normas que disciplinam a educação especial da educação básica no sistema municipal de ensino de Vitória da Conquista, sendo instituída, por meio desta, uma Equipe de Educação Especial com o enfoque multidisciplinar, composta por Psicólogo, Assistente Social, Fonoaudiólogo, Pedagogo, Terapeuta Ocupacional, Professor de Libras, Instrutor Surdo e Professor de Braille.

Em análise aos dados estatísticos do Censo Escolar, percebe-se que o investimento em políticas públicas voltadas aos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, repercute diretamente no número de matrículas destes alunos na rede municipal de ensino, conforme descrito na tabela 1.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tabela 1. Matrícula de Alunos com Deficiência conforme Censo Escolar | | |
| Indicador | **Ano** | **Quantidade** |
| Taxa de Matrícula de Alunos com Deficiência | 2014  2013  2012  2011  2010  2009  2008 | 1.015  834  777  633  541  348  213 |
| Fonte: Alunos matriculados; Relatórios das Escolas; N.E – Censo Escolar | | |

Atualmente, o Núcleo Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação, representado pelas profissionais que compõe a Equipe de Educação Especial, realiza ações para a formação de professores, acompanhamento do atendimento educacional especializado, orientação aos auxiliares de vida escolar (cuidador – monitor), avaliação dos relatórios diagnósticos para concessão de incentivo à regência da Educação Especial, visitas escolares e domiciliares, atendimento às famílias, encaminhamentos às instituições e serviços de saúde e assistência social, orientações sobre mobiliários e estruturas, dentre outros.

1. **O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Segundo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - SECADI/MEC consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida a sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade, sendo público-alvo para a Educação Especial os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Contudo, se faz salutar caracterizar de forma clara o perfil deste público, conforme preconiza o **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que considera pessoa com deficiência:**

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

        1. comunicação;

        2. cuidado pessoal;

        3. habilidades sociais;

        4. utilização dos recursos da comunidade;

        5. saúde e segurança;

        6. habilidades acadêmicas;

        7. lazer; e

        8. trabalho;

 e)  deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e

 II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Em se tratando da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a lei [Lei nº 12.764, de 27 de dezembro 2012, determina que:](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.764-2012?OpenDocument)

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2o  A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

As classificações costumam ser adotadas para dar dinamicidade aos procedimentos e facilitar o trabalho educacional, conquanto isso não atenue os efeitos negativos do seu uso. É importante enfatizar, primeiramente, as necessidades de aprendizagem e as respostas educacionais requeridas pelos alunos na interação dinâmica do processo de ensino-aprendizagem.

Confundir deficiência com fracasso escolar, transtornos mentais, dificuldades de ordem emocional e social, dentre outros casos é, também, outro aspecto que merece a atenção dos educadores. O quadro de deficiência demanda estratégias e recursos pedagógicos específicos para viabilizar o acesso dos alunos à educação conforme suas especificidades, diferente das intervenções necessárias para o alcance de respostas eficientes nos casos marcados por influências socioculturais, emocionais, psicológicas, além de razões pedagógicas.

Lembrando que para nominar as pessoas com deficiência sugere-se utilizar sempre um substantivo, seguido da preposição “com” mais o adjetivo referente àquela situação específica. Exemplos: aluno com síndrome de Down; professora com surdez; cidadã com deficiência. Em expressões que “tem” ou que “nasceu com”, por exemplo: pessoas com deficiência; menino que nasceu com síndrome de Down; menina que tem uma deficiência auditiva. Não deve ser usada a palavra “portador” porque pessoas não carregam suas deficiências.

Considerando a Resolução 038/2012, do Conselho Municipal da Educação de Vitória da Conquista, são educandos com necessidades educacionais especiais aqueles que, durante o processo educacional, apresentarem:

I. dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações em decorrência de deficiências de todos os níveis e tipos que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares;

II. dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III. impedimentos de longo prazo de natureza sensorial, intelectual ou física;

IV. alunos com transtornos globais do desenvolvimento, que apresentem um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras;

V. alunos com Transtorno do Espectro do Autismo, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

VI. altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem em qualquer uma das seguintes áreas isoladas ou combinadas, tais como intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

Entretanto, a política de educação especial já em prática nas escolas municipais de Vitória da Conquista já contabiliza um número significativo de educandos com alguma deficiência em suas escolas.

1. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

No contexto mundial, percebe-se que o percurso trilhado em prol das pessoas com deficiência acarretou transformações positivas de ordem legal e social, sendo consideradas as condições necessárias à qualidade de vida destes sujeitos por intermédio de medidas educacionais, sociais, psicológicas e médicas especificas.

Ao considerar a inclusão das pessoas com deficiência em suas diversas instâncias, percebe-se que tal processo se origina desde os primeiros meses de vida, sendo o primeiro espaço de inclusão, o familiar, o segundo, a escola. Neste sentido, é preconizado o papel fundamental que a escola desempenha na qualificação do processo de inclusão desde a educação infantil, perpassando por todas as outras etapas e modalidades de ensino.

Do ponto de vista da legislação e das políticas publicas, desde 1996, com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a defesa da inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais é totalmente favorável. A grande dificuldade reside nas condições estruturais do ensino brasileiro, pontuado por uma série de carências.

Apesar do reconhecimento de tais necessidades, ainda hoje se observa a dificuldade de famílias e instituições em lidar com a deficiência, principalmente no âmbito educacional.

Com a identificação das dificuldades encontradas pelo professor quanto à condução do processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, a estrutura física das escolas, o número de alunos nas turmas, a falta de conhecimento específico sobre deficiência, o não reconhecimento das potencialidades a serem desenvolvidas em função do preconceito por parte de algumas escolas e famílias, surge a necessidade da oferta de serviços de modo sistematizado e contínuo para favorecer as condições ao desenvolvimento e à inclusão destes alunos.

Para tanto, a Secretaria Municipal da Educação representada pela equipe da educação especial inclusiva vem perpassando pelos momentos de encontros entre professores, coordenadores e gestores para apresentar e discutir assuntos inerentes à contextualização teórico-prática no ensino aprendizagem de alunos da educação especial na perspectiva da inclusão. Há ainda por parte dos gestores da educação municipal, a garantia do incentivo para professores que têm alunos com deficiência em classe, o que está em consonância com a lei nº 1.762, de 30 de junho de 2011, Estatuto do Magistério Público Municipal:

A Subseção V - Da Gratificação pela regência de classe com alunos especiais:

Art. 82 A gratificação pela regência de classe com alunos portadores de necessidades especiais é devida ao professor, como incentivo a permanência em sala de aula, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, apenas enquanto o servidor estiver exercendo.

A necessidade de ampliação e fortalecimento das ações que se referem ao processo de inclusão de alunos com deficiência na Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista perpassa pela reestruturação da organização do processo de trabalho dentro das escolas, assim como a construção de uma identidade própria que consolide o desenvolvimento das ações, proporcionando uma maior visibilidade nos âmbitos municipal, estadual e nacional, como também uma referência mais clara e sólida para a comunidade escolar.

Neste sentido, destaca-se o pensamento de Mantoan (2004), que defende uma escola que reconheça a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada. Aceitar e valorizar a diferença na escola significa “mudar de lado” e romper os pilares nos quais a escola tem se firmado até agora.

1. **PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – VIVER SEM LIMITES**

O acesso à educação é direito de todos, sem discriminação, em igualdade de oportunidades. Para torná-lo realidade, o plano Viver sem Limites investe em recursos e serviços de apoio à educação básica. São ações que contemplam implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, promoção de acessibilidade nas escolas, formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado, aquisição de ônibus escolares acessíveis e ampliação do Programa BPC na Escola.

Ao considerar a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, torna-se importante ressaltar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limites, que possui o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência. O mesmo está organizado em 4 eixos: Acesso à Educação, Inclusão Social, Atenção à Saúde e Acessibilidade. Conforme o Decreto Nº 7.612, em seu artigo 3º, são diretrizes do Plano Viver sem Limite:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo;

II - garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado;

III - ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional;

IV - ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza;

V - prevenção das causas de deficiência;

VI - ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, em especial os serviços de habilitação e reabilitação;

VII - ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade; e

VIII - promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.

No que tange à educação, o plano compreende a busca ativa de transporte acessível, aprendizagem, acessibilidade e qualificação profissional. Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Transporte Escolar Acessível para alunos com deficiência, além das Salas de Recursos Multifuncionais para escolas públicas regulares e escolas especiais que oferecem atendimento educacional especializado, preconizando na rede regular de ensino a contratação de Professores de Libras, Tradutores/Intérpretes de Libras para acessibilidade aos estudantes com surdez/deficiência auditiva nas instituições de ensino, bem como adequação arquitetônica para acessibilidade em escolas públicas.

Dessa forma, ao almejar compreender como se dá o desenvolvimento das ações em Educação Especial, precisa-se entender o que é e como acontece a trajetória e a execução de atividades adequadas, elaboradas pelos profissionais que trabalham com as crianças com deficiência. Portanto, conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, inclusão não significa simplesmente matricular todos os educandos com deficiência e sim:

[...] colocar para o sistema de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente condições para atender bem a diversidade de seus alunos. Concretamente, esse construir junto requer: disposição para dialogar, aprender, compartilhar e trabalhar de maneira integrada no processo de mudança de gestão e da prática pedagógica. Isso quer dizer que o caminho da mudança também deve ser inclusivo, não se restringindo às distâncias educacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tampouco aos setores responsáveis pela educação nas diferentes esferas. Além da articulação em nível de governo, toda comunidade escolar – alunos que apresentam ou não necessidades especiais, professores, família, direção da escola, funcionários – bem como as entidades de pessoas com deficiência, as instituições de ensino superior, e de pesquisa e outros segmentos da sociedade devem interagir nesse processo (BRASIL, 2001, p. 6).

A Educação Especial, entendida como uma modalidade que perpassa os diversos níveis de escolarização, abarca as especificidades inerentes ao aprendizado de pessoas com deficiência, necessitando de métodos e materiais adequados, além de conhecimentos e manejo específicos aos educadores, que contribuirão para o alcance dos objetivos e para o desenvolvimento das potencialidades dos educandos.

O Plano Viver sem Limites ressalta o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo nosso país com equivalência de emenda constitucional. A cidade de Vitória da Conquista tem avançado na implementação dos apoios necessários ao pleno e efetivo exercício da capacidade legal por todas as pessoas com deficiência, ao empenhar-se na equiparação de oportunidades para que a deficiência não seja utilizada como impedimento à realização de sonhos, desejos e projetos, valorizando o protagonismo e as escolhas dos brasileiros com e sem deficiência.

No município de Vitória da Conquista, o desenvolvimento das ações do Plano Viver sem Limites promoveram mudanças significativas, havendo uma repercussão positiva na rede municipal, conforme os dados descritos a seguir:

QUANTITATIVO PROFISSIONAL – julho/2014

|  |  |
| --- | --- |
| SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS | |
| Salas Ativadas | 13 |
| Aguardando professor qualificado | 03 |
| Em fase de implantação  Alunos atendidos em 2014  Alunos atendidos em 2013 | 25  214  255 |
| Fonte: Equipe de educação especial, Secretaria Municipal de Educação – Vitória | |

**ALUNOS MATRICULADOS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS - AEE**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Escolas** | **Alunos** |
| 01 | E.M José do Prado | 29 |
| 02 | E.M Lycia Pedral | 35 |
| 03 | E.M Maria Célia Ferraz | 07 |
| 04 | E.M Maria Rogaciana | 18 |
| 05 | E.M Pedro Francisco | 17 |
| 06 | E.M Ita David | 07 |
| 07 | E.M Raimundo Bahia | 08 |
| 08 | E.M Frei Serafim | 23 |
| 09 | E.M Guimarães Passos | 14 |
| 10 | E.M Maria Santana | 15 |
| 11 | E.M Padre Aguiar | 21 |
| 12 | E.M Zélia Saldanha | 04 |
| 13 | E. M Paulo Freire – CAIC | 16 |
| **TOTAL** | | **214** |

**ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA REGULAR**

|  |  |
| --- | --- |
| **ANO /2013** | **ANO /2014** |
| Total: 834 | Total: 1.015 |

|  |  |
| --- | --- |
| ESCOLAS DA REDE COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA | |
| Zona Rural | 56 |
| Zona Urbana | 56 |
| Total de escolas | 112 |
| CENSO 2013 – Matrícula de Alunos Público da Educação Especial Inclusiva | |

**TRANSPORTE ESCOLAR ACESSÍVEL**

**O Município possui 16 ônibus escolares adaptados:**

Com espaço para cadeira de rodas – 13 ônibus

Com elevador e box reservado para cadeira de rodas - 03 ônibus (02 - zona urbana / 01- zona rural )

**PROFISSIONAIS ESPECÍFICOS**

A **Secretaria Municipal de Educação mantém uma Equipe da Educação Especial Inclusiva para consultoria/articulação/orientação/acompanhamento do aluno e do educador, composta de:**

01 Psicólogo

01 Pedagogo

01 Professor Especialista em AEE

01 Assistente Social

01 Terapeuta ocupacional

1. Fonoaudiólogo

**Estão atuando nas escolas atualmente:**

01 Professor de LIBRAS

02 Tradutores/Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa

**ADEQUAÇÃO ARQUITETÔNICA PARA ACESSIBILIDADE: PDDE ACESSIBILIDADE**

Recursos FNDE - Programa Escola Acessível

|  |  |
| --- | --- |
| 2008 | 11 |
| 2009 | 26\* |
| 2010 | 10 |
| 2011 | 10 |
| 2012 | 09 |
| 2013 | 10 |
| 2014 | 06 |

\*A verba veio no PDE/escola para que fosse realizada pelo menos uma ação de acessibilidade. Atualmente a verba vem no “PDDE Estrutura” que valida as obras para acessibilidade física nas escolas.

**BPC – NA ESCOLA - BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA**

|  |  |
| --- | --- |
| Meninas: 92 | Meninos: 132 |
| TOTAL: Alunos beneficiados | 224 |

**Fontes:** Assessoria Técnica – SMED/Equipe da EDUCAÇÃO Especial Inclusiva. Coordenação de Transporte – SMED/Setor de Legalização escolar – SMED/Secretaria de Desenvolvimento Social.

A proposta do Plano Viver sem Limites fundamenta-se nas possibilidades de ampliar a escolaridade, melhorar a qualidade de ensino e garantir a permanência do aluno na escola, munindo o coletivo escolar de orientações e instrumentos visando a adoção e a incorporação de programas e projetos pedagógicos que contemplem o respeito aos ritmos e tempos de aprendizagem dos alunos e, dos órgãos gestores de educação, bem como, a definição da modalidade de ensino a ser ofertada para o universo de seus alunos.

1. **ACESSIBILIDADE ESCOLAR**

Derrubar barreiras e construir acessibilidade tem sido o grande lema da educação especial na perspectiva da inclusão. Neste aspecto se faz importante ressaltar que barreiras aqui, tem sentido amplo, o que contempla mudanças atitudinais, metodológicas, pedagógicas, de comunicação e tecnologias, arquitetônica, bem como transporte acessível. Nos últimos meses esta temática se fortaleceu a partir da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, quando propõe:

4.6) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;(...).

Contudo, as escolas municipais passaram a receber um contingente de alunos que apresentam diferentes formas para caminhar, deslocar-se, escrever, brincar. Em atendimento à legislação vigente, os sistemas de ensino devem adequar a infraestrutura das escolas conforme o estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As adequações necessárias dos espaços, equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos, sistemas e meios de comunicação devem considerar as necessidades específicas a cada deficiência. A eliminação de barreiras arquitetônicas, estruturais e atitudinais permitem o desenvolvimento e produção de forma inclusiva no ambiente escolar. O espaço acessível agrega qualidade de vida, melhora a produtividade e o desempenho das atividades pedagógicas e complementares.

No que diz respeito à derrubada de barreiras nas questões metodológicas e de comunicação, a Lei 13.005/2014 assegura para o público usuário da Libras ou do Código BRAILLE:

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LÍBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

Quanto à garantia de matrícula na rede regular de ensino, o Estado assegura o direito de qualquer criança a frequentar o ensino regular. A recusa de um aluno com deficiência em uma escola regular é passível de punição legal. Para este recorte, a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 afirma:

Art. 8º - Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa:

I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

No ano de 2014, a lei 13.005 reforça a matrícula de alunos com deficiência na escola, conforme exposição na meta 4:

4.8) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;(...).

Apesar da existência das leis para regulamentar o acesso e permanência do aluno com deficiência na sala de aula regular, muitas escolas ainda tem dúvidas em relação à distribuição dos aprendizes em classe, essa dúvida é mais frequente nos casos de alunos com deficiência intelectual, para esta questão é importante ficar claro que o aluno com deficiência intelectual deve ter na escola as mesmas oportunidades que os demais, no quesito matrícula, frequência e convivência em sala de aula.

Sendo assim, orienta-se, que este aluno seja alocado em sala de aula de educandos com a mesma idade cronológica sua, podendo ainda ser possível a este, vir a frequentar um espaço onde os seus colegas tenham até 02 anos a menos ou a mais, conforme o registro de nascimento. Este aluno não deve ser infantilizado ou adultizado.

Esta orientação se fundamenta na psicologia do desenvolvimento humano, por considerar que o ambiente escolar mais adequado para se garantir a construção da aprendizagem é aquele em que é estabelecida a interação com pares da mesma idade cronológica ou o mais próximo possível, pois é na valorização da relação, da interação e trocas com os colegas que serão construídos conhecimentos, para assim se beneficiarem e ampliarem o seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.

A Secretaria Municipal da Educação apresenta sua contribuição numérica relativa aos serviços oferecidos, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 1. QUANTITATIVO PROFISSIONAL – julho/2014

|  |  |
| --- | --- |
| DESCRIÇÃO | TOTAL |
| Sala de Recursos Multifuncionais | 40 |
| Auxiliares de Vida Escolar | 76 |
| Incentivo à Regência Educação Especial | 579 |
| Professores AEE | 13 |

Tabela 2. IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

|  |  |
| --- | --- |
| Sala de Recursos Multifuncionais | |
| Ativadas | 13 |
| Aguardando professor | 03 |
| Em fase de implantação | 25 |
| Fonte: Equipe de educação especial, Secretaria Municipal de Educação – Vitória da Conquista | |

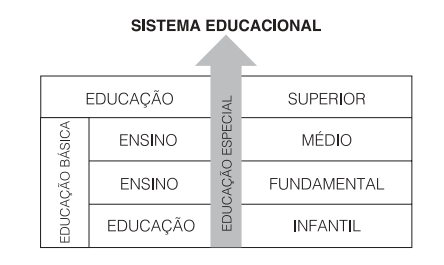
Tabela 3. NÚMERO DE ESCOLAS QUE POSSUEM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

|  |  |
| --- | --- |
| Escolas da Rede com alunos com deficiência | |
| Zona Rural | 56 |
| Zona Urbana | 56 |
| Total de escolas | 112 |
| CENSO 2013 – Matrícula de Alunos Público da Educação Especial Inclusiva | |

1. **ACESSO AO CURRÍCULO**

Na história da educação no Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças com deficiência estão frequentando a escola sem serem enxergadas, tornando-se invisíveis ao olhar de muitos educadores. O ato culmina na prática da “pedagogia da negação” onde consequentemente lhes são negado o direito de aprender.

Provocar, instituir e trabalhar com o Currículo de base comum, tendo por público, alunos com deficiência, talvez seja o grande desafio para mudar este quadro que ainda persiste. Repensar o Currículo, deve ser, neste momento, o grande ponto de reflexão da escola regular que trabalha na perspectiva da Educação Especial Inclusiva, e essa ação deve ter todas as etapas da educação como parâmetro, conforme específica tabela do MEC:



Retomando o princípio do direito de aprender, como direito prioritário, a definição dos Direitos de Aprendizagem é respaldada na história do movimento curricular brasileiro (BRASIL, 2012).

Assim, o que se apresenta a seguir é uma proposta que busca a articulação entre as práticas da inclusão e as necessidades colocadas pelo cotidiano da escola.

Diferente do que muitos pensam, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

“questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante / classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos”. (HORNBURG e SILVA, 2007, p.1).

Veiga (2002) complementa:

“Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002, p.7)

Como se observa, o currículo não é estático, pelo contrário, ele foi e deve continuar a ser construído. A reflexão sobre essa temática é importante, porque, conforme Veiga (2002, p. 7), “a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares”.

Desta forma, a discussão que segue tem por finalidade apresentar orientações e estratégias para a educação de alunos com deficiência, visando à implementação do paradigma da inclusão desses aprendizes desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, bem como pela educação de jovens e adultos, ou seja, todas as etapas de competência da Rede Municipal de Ensino.

Trata-se de um tópico que visa orientar a construção do currículo para fortalecer o ensino aprendizagem de educandos com deficiência, bem como, orientar os educadores que trabalham na perspectiva da inclusão, tendo a base curricular comum, regular, como ponto de partida para impulsionar todas as suas ações. Como afirma o MEC – Caderno de Educação Inclusiva (2014):

É preciso, já de início, abrir mão daquela velha ideia que circula entre os professores de que o currículo se resume aos tópicos de conteúdo que devem ser ensinados; quem pensa assim não percebe que antes de existirem estes tópicos eles foram escolhidos, selecionados, organizados em uma determinada ordem... e por quem? Quem pensa apenas na “lista de conteúdos” não percebe que para cada tópico há uma escolha metodológica, há exemplos, há facilidades didáticas... e para quem? De modo que nós, professores, devemos ter clareza em relação ao fato de que o currículo não se resume a uma listagem de conteúdos.

Contudo, não basta entender que o estudante com deficiência deve aprender certo conteúdo, até determinado tempo e/ou ano escolar. É preciso oferecer condições para isso acontecer, para tanto, é preciso rever tanto a estrutura das escolas, quanto à formação dos professores.

Para tanto, a escola precisa derrubar barreiras que impedem a comunicação utilizando meios que proporcionem a disseminação da Libras, do BRAILLE e das Tecnologias Assistivas/Alternativas/Aumentativas; precisa derrubar barreiras físicas e arquitetônicas, que impedem a locomoção; precisa ainda, derrubar as barreiras pedagógicas, curriculares, metodológicas e avaliativas que impedem o aprendizado e as atitudinais, como preconceitos, estigmas, fechamento ao aprendizado do novo, dentre outras. É neste ponto que o currículo necessita ser revisto, não na omissão do conteúdo ou assunto da aula, mas sim na sua adequação.

Diversas razões vem justificar a implementação de tais orientações e estratégias, a partir do pensamento que ora se instala nos responsáveis pela educação municipal da cidade de Vitória da Conquista: o movimento mundial em prol do paradigma da inclusão educacional originado na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, na Tailândia,1990) e posteriormente, a Declaração de Salamanca (1994), compromisso também assumido pelo Ministério da Educação do Brasil, nos tantos documentos legais que sustenta a construção da escola regular inclusiva, e ultimamente na lei 13.005/14, recentemente aprovada, que apresenta na meta 4 (quatro), novas orientações para tomada de atitude nos dez próximos anos a partir desta data.

Neste aspecto, compreende-se que a base curricular para o ensino dos alunos com deficiência é também a base comum, ou seja, o que for proposto, em se tratando de conteúdo/disciplina/assunto/projetos, enfim, as ações para um aluno considerado “sem deficiência” devem ser as mesmas para aqueles com deficiência.

O que se propõe é a adequação das atividades conforme a necessidade do educando, uma vez que estas devem vir na escrita em BRAILLE ou em fonte ampliada, na exposição do conteúdo com a presença do intérprete de Libras, na disponibilização de mobiliário e materiais pedagógicos adaptados, na oferta de um tempo maior para a execução das atividades, na proposição de atividades respeitando o real conhecimento linguístico/matemático, social, motor, afetivo, cognitivo do aluno, entre tantas outras.

Para tanto, as adaptações curriculares na proposta pedagógica devem focalizar, principalmente, a organização escolar e a existência dos serviços de apoio. Elas devem propiciar condições estruturais para que possa ocorrer na sala de aula e em outros espaços, caso seja necessária, uma programação específica para o aluno.

Assim, as adaptações curriculares não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. As adaptações curriculares devem ser vistas como medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: projeto político pedagógico da escola, ações da sala de aula, das atividades complementares como os projetos, enfim, de todas as ações pedagógicas.

O ensino, a partir do currículo comum, deve contemplar as particularidades da aprendizagem apresentada pelo educando com deficiência e favorecer sua autonomia e independência. As adequações curriculares devem considerar, também, os critérios de competência e habilidade acadêmica dos alunos, tendo como referência o currículo regular e buscando maximizar as potencialidades dos educandos, sem ignorar ou sublevar as limitações que apresentam e suas necessidades especiais.

As medidas adaptativas que buscam a prática do ensino e da aprendizagem significativa deverão ser realizadas pelo professor da sala regular, professor do atendimento educacional especializado, da coordenação e da gestão da escola. Todos devem mediar situações que levem o aluno ao encontro do aprendizado significativo.

Em sala de aula, o educador deve organizar e maximizar as ações para que o aluno com deficiência possa participar ativamente dos procedimentos didático-pedagógicos e destacar, o como fazer, a organização temporal dos componentes curriculares e a coordenação das atividades docentes, de modo a favorecer a efetiva participação e integração do aluno.

As modalidades adaptativas também devem focar a atuação do professor na avaliação e no atendimento individualizado do aluno. Compete a todo corpo docente discutir juntamente com a Secretaria da Educação as medidas cabíveis para a definição da competência curricular do educando, bem como na identificação dos fatores que interferem no processo do ensino e da aprendizagem.

As adaptações tendo o currículo regular como referência básica, adotam formas progressivas de adequá-lo, norteando a organização do trabalho consoante às necessidades do aluno, ou seja, uma adaptação processual.

No planejamento das aulas para qualquer aluno, a presença da coordenação pedagógica da escola se faz imprescindível, no que tange ao planejamento para atender às necessidades pedagógicas do aluno com deficiência não é diferente. Neste aspecto, o coordenador pedagógico deve estar na mediação, ou seja, no centro das discussões e das leituras acerca de todos os assuntos da escola, além de se portar bem informado das novidades curriculares, sendo ainda mola propulsora de mudanças, adequações e proposições para que as aulas aconteçam com sucesso e a escola funcione como um cenário de múltiplas aprendizagens.

As orientações em relação ao planejamento de atividades acessíveis não deve ter a pretensão de servir como prescrição, como é feito em receitas médicas, muito menos ser vista como receita de bolo; a pretensão é que estas, sejam entendidas como mais uma possibilidade de problematizar, de refletir e inquietar, ou seja , de guiar as atividades, sequências didáticas a serem planejadas no formato “atividades inclusivas”, a ponto de atender as necessidades de todos os alunos, lembrando que não é o conteúdo, o assunto da aula, que deve ser mudado, mas sim, a realização de adequações nas mesmas para atender aos alunos com deficiência. Neste caso, se o texto para estudo em classe for produzido em tinta/escrita preta/visual ou digitado e impresso para a turma, deverá ser proposto também em BRAILLE, (escrita/leitura tátil), para o aluno cego, ou em fonte ampliada, gravado, para aqueles com baixa visão. Enfim, a atividade deve ser acessível para atender a necessidade de aprendizagem do aluno com deficiência visual, caso o educador tenha este aluno em classe, por exemplo.

O aluno com deficiência intelectual talvez necessite de mais tempo para concluir o estudo, ou mesmo aprenda ou produza uma palavra, frase ou texto escrito/oral por aula, por dia. Para este aluno se faz importante ter em classe bastante material pedagógico “concreto” para que possa manipular e construir gradativamente o seu aprendizado.

Neste aspecto, o conteúdo poderá ser apresentado e apreendido por meio do contato e uso em classe, de jogos da memória, da produção de álbuns com gravuras, de atividade para sequenciar cenas, seriar, classificar, da interpretação de gravuras, desenhos, de uso do material dourado, blocos lógicos, tangran, etc. Enfim, o professor deve planejar pensando na capacidade de aprendizagem real do seu aluno, e isso perpassa pela compreensão de que o aluno que apresenta deficiência intelectual deve ser estimulado a pensar e a usar sua cognição a partir da interação com o seu contexto social, por meio de situações, experiências reais e uso de objeto concreto para se chegar à abstração.

O planejamento das aulas deve prever atividades que superem as barreiras de acesso ao conhecimento pelo aluno, em função da sua deficiência intelectual, por exemplo. Pois, mesmo que não adquira os conhecimentos ao mesmo tempo em que a maioria dos colegas da turma, ajustes nas atividades podem fazer com que este aluno participe das aulas e progrida nos conhecimentos que envolvem o conteúdo abordado.

Para que o sucesso faça parte da vida do aluno com deficiência intelectual é preciso abandonar a prática que muitos professores adotam diariamente, ou seja, entregar atividades de patinhos, gatinhos entre outros desenhos para o aluno ocupar o seu tempo apenas realizando pintura mecânica, descontextualizada e que não lhe acrescenta aprendizado significativo. Essa tem sido a prática mais cruel de desrespeito e exclusão.

Já no caso do aluno com deficiência física, talvez o texto deva ser preso a uma prancheta, ou colado em papel ofício na mesa do aluno, deve ser observado se ele necessita de lápis ou caneta engrossada para melhor adaptação na mão, enfim, ao planejar, o professor deve pensar detalhadamente nas possibilidades de acessibilidade ao texto, apreensão, uso do assunto e do conteúdo acessível a todos.

**7.1. ORIENTAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS**

Durante séculos, as sociedades humanas praticaram as mais diversas formas de discriminação, rejeição, isolamento, intolerância e, até mesmo, eliminação de deficientes e outros povos considerados diferentes, tendo como referência os padrões do grupo dominante. Mas, o tempo agora é outro, e a prática da inclusão nos convidam a mudanças.

As orientações elencadas abaixo visam dar sequência à política institucional de ação afirmativa, e da política de inclusão já adotada nas escolas da rede municipal de Vitória da Conquista. As mesmas destinam-se a subsidiar a elaboração e execução dos planos de aula, e dos projetos propostos pela escola para atender aos alunos com algum tipo de deficiência. Ressaltando que esta não é uma orientação pontual, engessada, ríspida ou retrucada, visto que, cada aluno é único, e a melhor atividade a ser realizada, é aquela que atenda a sua necessidade específica, garantindo-lhe o alcance da aprendizagem.

Assim, ao considerarmos o plano pedagógico individual dos alunos com deficiência, devem ser previstas na proposta e no planejamento pedagógico das unidades escolares certas adequações que contemplem as especificidades deste público. Essas adequações devem focalizar, principalmente, a organização da instituição educacional em relação à acessibilidade e aos serviços de apoio

Nessa perspectiva, as instituições de ensino devem realizar mudanças, que visem propiciar condições estruturais de forma abrangente, atingindo o coletivo da escola, principalmente as salas de aula, como também a “necessidade individual” do aluno, caso seja necessária uma programação específica, para valorização do seu modo peculiar de aprender.

As medidas de adequação na sala de aula devem ser realizadas pelo professor e destinar-se, principalmente, à programação das suas atividades. Suas ações devem ser norteadas e fundamentadas em critérios que identifiquem as formas de organização de ensino mais eficientes para o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.

As adequações do planejamento pedagógico, dos recursos e do processo avaliativo devem corresponder às necessidades dos educandos, considerando os conteúdos e os objetivos da programação educacional regular, sem, contudo, causar prejuízo a sua escolarização e a sua promoção acadêmica. Para que as adequações sejam realizadas de forma efetiva, devem ser considerados os seguintes aspectos;

• Ser precedida de uma criteriosa avaliação do aluno, considerando a sua competência acadêmica;

• Fundamentar-se na análise do contexto escolar e familiar, que favoreça a identificação dos elementos adaptativos necessários que possibilitem as alterações indicadas;

• Contar com a participação da equipe educacional e com o apoio de uma equipe multidisciplinar, quando possível e necessário;

• Promover o registro documental das medidas adaptativas adotadas, para integrar o acervo documental do aluno;

• Evitar que as programações individuais sejam definidas, organizadas sem prejuízo para o aluno, ou seja, para o seu desempenho, sua promoção escolar e sua socialização;

• Adotar critérios para evitar adequações curriculares excessivas, que impliquem supressões de conteúdo expressivos (quantitativa e qualitativa), bem como a eliminação de componentes curriculares ou de áreas curriculares completas.

As adequações também devem corresponder ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como nos recursos didáticos de uso dos professores no trabalho com os educandos. Estas adequações podem ser definidas como alterações e/ou uso de recursos espaciais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar aos alunos o desenvolvimento de competências e habilidades, respeitando suas necessidades particulares.

Estão descritas, a seguir, sugestões de recursos e estratégias para promoção da acessibilidade dos alunos ao currículo, conforme cada deficiência.

* + 1. **Deficiência Intelectual**

Considerando as dificuldades que os alunos com deficiência intelectual apresentam e a necessidade do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem elaboradas, que visam atender e facilitar o crescimento de todos os alunos, torna-se necessário que o professor ao planejar suas aulas, tenha o conhecimento de qual prática está utilizando para atender as diferenças sem excluir a participação do aluno no conteúdo trabalhado em sala.

O planejamento é o fio condutor do processo ensino-aprendizagem. É nele que os objetivos são articulados às estratégias, ou seja, é por meio dele que as práticas educacionais tornam-se adequadas às reais necessidades dos alunos.

Em se tratando da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, é necessário que sejam desenvolvidas diferentes estratégias de ensino - aprendizagem de forma a proporcionar ao aluno melhor interação, participação e desenvolvimento deste, nas atividades propostas, possibilitando-lhe o acesso ao conhecimento.

Estudos e pesquisas apontam que o aluno com deficiência intelectual aprende significativamente quando estabelece conexões do novo conteúdo com conceitos já conhecidos. Nesse processo de construção, não ocorre uma simples associação, mas uma interação entre os conceitos pré-existentes e a nova informação, os quais servem de ancoradouro para que o novo possa adquirir significado para o sujeito. Assim sendo, as novas informações são incorporadas e assimiladas, porém essa relação acaba por modificar esses esquemas prévios, ocasionando uma transformação do conhecimento.

Entretanto, ao disponibilizar para aluno a possibilidade de escolher as atividades que deseja realizar, permite ao mesmo sair de uma posição passiva diante da aprendizagem, sendo construtor do próprio saber. Desta forma, o professor deve apresentar diversas atividades dentro do mesmo contexto trabalhado, a fim de que o aluno possa optar qual deseja realizar. Quanto mais diversificados e adequados às diferenças de ritmo e estilos de aprendizagem dos alunos forem os métodos de ensino, menores serão as barreiras para sua aprendizagem.

Contudo, o professor deverá explorar todos os canais de conhecimento da criança, sua experiência com o mundo, suas formas de interação e suas maneiras particulares de aprender, sendo um observador, apoiado pela equipe pedagógica da escola, que deve possibilitar recursos para melhor organização das condições em que se ensina. A seguir, são descritas sugestões e estratégias que podem contribuir no processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual:

• Atitudes de acolhimento e respeito ao ritmo e estilo de aprendizagem do educando;

• Planejamento de Atividades, observando um crescente nível de complexidade;

• Utilização, sempre que possível, de material concreto como suporte à aprendizagem;

• Disponibilização dos espaços pedagógicos existentes na instituição escolar (sala de aula, sala de recursos multifuncionais, espaço de leitura, laboratório de informática, horta, parque, quadra, dentre outros) adequados e organizados, favorecedores da aprendizagem;

• Desenvolvimento de habilidades adaptativas: sociais, acadêmicas, de comunicação, de lazer, de saúde, de segurança, de cuidado pessoal, de autonomia na vida doméstica e no uso de recursos da comunidade;

• Diversificação das propostas metodológicas, buscando adequá-los à necessidade individual;

• Dar ênfase em projetos e atividades relacionadas à vida real dos alunos, trabalhando as competências e habilidades que o aluno possui;

• Manter uma rotina diária de trabalhos;

• As atividades devem ser explicadas de forma clara, objetiva e tranquila, repetindo quantas vezes forem necessárias;

• Utilizar o interesse que o aluno apresenta por determinados assuntos, temas e formas de realizar as atividades, assim é possível organizar e planejar adequadamente os desafios propostos aos alunos;

• Observar como o aluno reage e age em cada situação e atividades aplicadas;

• Estar atento e auxiliá-lo, para que desenvolva uma melhor forma de trabalho em duplas ou grupos em sala de aula;

• Propor trabalhos e atividades que possam auxiliar o desenvolvimento de habilidades adaptativas: sociais, de comunicação, de cuidados pessoais e de autonomia;

• Utilizar apoio visual de referência e orientação: calendário, presença, rotina, aniversário, alfabeto, números, dentre outros;

• Realizar trabalho de campo, de pesquisas, de atividades com práticas e de vivências, estimulando o conhecimento e novas ações e experiências;

• O desafio principal na inclusão dos alunos com deficiência intelectual é garantir que eles avancem na aquisição da leitura e da escrita, contribuindo com o trabalho da turma de alguma maneira e dentro das suas possibilidades;

• Geralmente os alunos com deficiência intelectual se saem melhor utilizando a letra bastão, mas esta não deve ser a única letra a ser apresentada/ensinada, assim é importante lembrar que todos devem e podem participar das mesmas etapas de construção da leitura/escrita;

• Antecipar as etapas e deixar que o aluno repita e execute atividades com ajuda do professor responsável pela sala de recursos, é uma ação importantíssima para que ele consiga discutir o tema junto dos colegas em sala. Peça para que ele destaque nos textos lidos algumas palavras-chave, o que pode ser feito com o auxílio de fichas “palavras para consultas”;

• O professor não deverá suprimir o conteúdo da aula por conta da deficiência do aluno. Neste aspecto, orienta-se que o aluno participe da aula a partir do mesmo assunto abordado. No caso do aluno com deficiência intelectual que está em processo de alfabetização;

• Trabalho focado e com progressão entre uma etapa e outra. As sequências didáticas que priorizam a escrita pelo aluno na alfabetização inicial devem ser compostas por uma série de atividades focadas num conteúdo específico, em que uma etapa esteja ligada à outra;

• Se o foco é a leitura, uma opção é ler com as crianças diferentes exemplares de um mesmo gênero, variadas obras de um mesmo autor, textos sobre um mesmo tema ou versões de uma mesma história;

• Se a ideia é ler para saber mais, a sequência deve contemplar as diversas etapas de pesquisa, da localização ao registro de informações. Se o objetivo é a leitura para entreter, a turma pode avaliar os recursos linguísticos utilizados para provocar suspense, comicidade, etc. e criar um arquivo de expressões úteis para as próprias produções. Uma sequência semelhante pode ser preparada para apresentar desafios relacionados ao sistema de escrita;

• Estimular a leitura das palavras e também das gravuras;

• Planejar atividades para que o registro possa ser feito com letras móveis ou com lápis e papel, a depender do conhecimento que o educando possui sobre o alfabeto e sua grafia. O professor precisa perceber o limite dos alunos e deve fornecer informações;

• Lembrar que a situação de escrita pelo aluno não é a única atividade da alfabetização inicial. Ela precisa ser articulada à leitura pelo aluno, a leitura em voz alta pelo professor e a produção de texto oral com destino escrito (também conhecida como ditado para escriba)

• Convidar o aluno a pensar sobre as relações grafofônicas e as peculiaridades da língua escrita. A intenção é fazer com que ele investigue quais as letras, quantas e onde usá-las para escrever. Nesse contexto, as intervenções dos professores são fundamentais para provocar a reflexão nos alunos. É preciso fazer questionamentos diversos para ajudar a criança a pensar. Alguns exemplos de perguntas carregadas de intencionalidade: a palavra que você vai escrever começa com que letra? Termina com qual? É por meio de reflexões desse tipo que os aprendizes entendem a ligação entre os sons e as possíveis grafias;

• Flexibilizar o gênero que está sendo trabalhado com a turma, propondo que o aluno com deficiência intelectual elabore listas que serão utilizadas em alguma etapa do projeto;

• Durante as produções coletivas, colocar imagens e palavras-chave no quadro para que esse aluno possa consultá-las e assim, contribuir para o desenvolvimento da tarefa;

• Nas atividades em grupo, organize uma equipe favorável à participação do aluno com deficiência intelectual. Proponha atividades para realização com a colaboração dos colegas. Quando necessário, coloque - o para trabalhar junto a um colega, ainda dentro do grupo, que deverá dividir com ele as atividades a serem realizadas;

• Se a coordenação motora do aluno ainda não estiver tão desenvolvida, inclua papéis em tamanho maior e lápis ou canetas com pontas mais grossas, entre outras ações e atividades que se fizerem necessárias;

• Oriente os pais em ajudar o aluno em casa, sem realizar a atividade por ele.

**7.1.2. Deficiência Física**

• A flexibilização dos recursos, garante a participação de alunos sem mobilidade nos membros superiores. Para isso, é necessário buscar alternativas que possibilite ao aluno desenvolver o processo de escrita. O importante é valorizar o que o estudante faz dentro das suas possibilidades;

• Para os alunos que conseguem escrever com adaptação no uso do lápis, é possível que os traçados sejam disformes e distantes da representação formal das letras e palavras. Nessa situação, o melhor é não se prender às diferenças de forma - ao contrário, procure se focar no conteúdo, analisando o que o texto revela em termos de compreensão do assunto abordado. Já para aqueles que necessitam da ajuda de um colega para escrever, o ideal é observar a interação entre o aluno com deficiência e o colega, em especial a maneira como ele dita e revisa o que está escrevendo;

• No caso de alunos com paralisia cerebral que tem o cognitivo preservado, mas que não possui comunicação verbal, o professor poderá planejar atividades onde seja previsível o uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA conforme a necessidade do educando. As CAA são materializadas em prancha de comunicação, pranchas alfabéticas e de palavras, cartões de comunicação, símbolos de comunicação pictórica, vocalizadores e computadores;

As adaptações de acesso ao currículo devem contemplar a funcionalidade e as condições individuais do aluno, tais como:

• Adequação dos elementos materiais: instituição educacional em consonância com a ABNT 2004 (rampa deslizante, banheiro, barras de apoio, alargamento das portas, etc...); mobiliário (cadeiras, mesas com recorte e carteiras adaptadas); materiais de apoio (andador, coletes, abdutor de pernas, faixas restringidoras, cavalo abdutor, etc..); materiais de apoio pedagógico (tesoura com mola, ponteiras de cabeça, engrossadores, réguas adaptadas, plano inclinado, pulseira de peso, placa imantada, colmeia de teclado, dentre outros);

• Viabilização do deslocamento de estudantes que usam cadeira de rodas ou outros equipamentos;

• Utilização de textos escritos complementados com elementos de outras linguagens e sistemas de comunicação;

• Utilização de sistemas aumentativos ou alternativos de comunicação adaptado às possibilidades do estudante com dificuldade na fala: sistemas de símbolos (baseados em elementos representativos, em desenhos lineares, sistemas que combinam símbolos pictográficos, ideográficos e arbitrários, sistemas baseados na ortografia tradicional, linguagem codificada), auxílios físicos ou técnicos (tabuleiros de comunicação ou sinalizadores e demais tecnologias), comunicação total e outros;

• Utilização de recursos de tecnologia assistiva compatíveis com a demanda dos educandos.

**7.1.3. Surdez e Deficiência Auditiva**

• As aulas para atender aos alunos surdos, devem ser planejadas pelos professores e pensadas a partir do apoio do instrutor e do professor de LIBRAS (para aqueles que estão em processo de aquisição da LIBRAS), do Tradutor/Intérprete de LIBRAS (que irá atuar frente aos alunos que já dominam a LIBRAS), do Professor de Língua Portuguesa que irá mediar situações para que o aluno surdo aprenda a mesma, enquanto segunda língua na modalidade escrita;

• Na educação bilíngue - a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a primeira a ser ensinada e a Língua Portuguesa, a segunda língua. Sendo um direito dos alunos surdos, garantido pelo Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. O mesmo decreto assegura ainda a presença de tradutores e intérpretes de Libras nas salas de todos os segmentos do ensino regular público, da Educação Infantil ao Ensino Superior;

• Ao chegar ao primeiro ano, do ensino fundamental inicial, espera-se que os alunos surdos que passaram pela Educação Infantil saibam comunicar-se em Libras e sejam capazes de escrever o próprio nome. Mas vale lembrar que essas crianças começam o Ensino Fundamental sem conhecimento da Língua Portuguesa falada e, por isso, não partem do mesmo princípio que os alunos ouvintes para aprender a ler e a escrever;

• Mesmo que, em um determinado prazo, não alcancem os mesmos resultados obtidos pelos alunos ouvintes, os estudantes com surdez precisam participar de todas as aulas. Se o aluno ainda não for capaz de escrever um texto, faça com que ele contribua para as atividades escrevendo listas ou frases sobre o tema abordado;

• Produções coletivas ou em pequenos grupos também ajudam o aluno a se expressar melhor pela escrita. O importante é que ele sempre conte com algum apoio visual. O professor deve registrar todas as atividades e utilizar recursos diferenciados - como letras móveis ou cores diferentes para designar elementos distintos de uma frase, por exemplo. Fazer com que o aluno surdo sente-se nas carteiras da frente é outra medida essencial, assim como atuar em conjunto com o Atendimento Educacional Especializado (AEE);

• Ensino de Libras a toda comunidade escolar;

• Ensino da Língua Portuguesa escrita como metodologia de ensino de segunda língua;

• Textos escritos complementados com elementos que favoreçam sua compreensão: linguagem visual, língua de sinais e outros;

• Material visual e outros de apoio para favorecer a apreensão das informações expostas;

• Na avaliação: ter a flexibilidade, além, da prova escrita, fazer uma avaliação complementar, em língua de sinais, com apoio de materiais visuais;

• Promoção do contato e vivências com a comunidade surda.

Para os alunos com deficiência auditiva, propõe-se:

• Posicionamento do educando na sala de aula de tal modo que possa utilizar a leitura labial e o resíduo auditivo;

• Incorporação do Sistema de Frequência Modulada Pessoal- Sistema FM- equipamento que possibilita a acessibilidade da criança e/ou jovem com deficiência auditiva na escola, por meio da Secretaria Municipal de Saúde;

• Todo aluno matriculado na rede municipal de ensino, com deficiência auditiva, usuário de Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI) e/ou Implante Coclear bilateral de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde, deve ser adaptado com o Sistema de FM bilateral (um receptor para cada AASI e/ou IC).

**7.1.4. Deficiência Visual (cegueira e baixa visão)**

• A alfabetização do aluno “cego” deve acontecer a partir do ensino do código BRAILLE;

• Ao planejar as atividades de produção escrita, selecionar textos disponíveis em BRAILLE para alunos cegos alfabetizados neste sistema, há muitos livros escritos no código BRAILLE e disponível nas escolas;

• Solicitar a releitura dos textos trabalhados em aula. Disponibilizar máquina Braille ou uma “reglete positiva”, para que o aluno anote as informações, que considerar relevante e produza as sucessivas versões dos seus próprios textos;

• Os problemas encontrados nas produções textuais dos alunos devem ser enumerados oralmente. Ao longo das produções coletivas, garanta a participação do aluno com deficiência visual, mediando às contribuições da turma toda. Conte com a ajuda do educador do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para que as versões dos textos e o produto final sejam sempre copiados em Braille, para que o aluno com cegueira também tenha acesso ao resultado do trabalho;

• Apresenta-se ainda como possibilidade de equipamentos para leitura e produção de texto, os computadores com lupas para aumento de letras, bem como para uso com o sistema Dos Vox que permite ler, escrever, jogar, calcular, usar a internet, usar pen drive, mídias, enfim, é um sistema completo desenvolvido especialmente para auxiliar alunos com deficiência visual;

• Na estimulação visual, promover competências que permitam ao aluno utilizar o resíduo visual ou exploração tátil para percepção do mundo;

• Na organização grupo/classe, adequar a organização interna na sala de aula e de tudo o que acontecer no contexto escolar, em consonância com as necessidades educativas do aluno com cegueira ou baixa visão;

• Para a metodologia, orienta-se ao professor da Sala de Recursos Multifuncionais ou da Associação dos Deficientes Visuais existentes na cidade a prestar apoio, no que tange às necessidades mais específicas do aluno (orientação e mobilidade atividades da vida diária, técnicas de estudo, leitura e produções usando o Dos Vox, o BRAILLE, entre outros);

• A área sócio emocional, por exemplo, deve possibilitar o desenvolvimento integral do aluno, considerando as suas facetas pessoal e social, desenvolvendo o comportamento inter e intrapessoal, tendo a escola como palco de construção de amizades e vivências.

**Sugestão de recursos de acesso ao currículo para alunos com deficiência visual a partir das orientações do Instituto Benjamin Constante (IBC):**

• A organização dos objetos da sala de aula deve ser realizada com a participação do aluno, a fim de facilitar o acesso à mobilidade. Mantenha carteiras, estantes e mochilas sempre na mesma ordem, comunique alterações previamente e sinalize os objetos para que sejam facilmente reconhecidos;

• O aluno cego tem direito a usar materiais adaptados, como livros didáticos transcritos para o Braile ou a reglete para escrever durante as aulas. Antecipe a adaptação dos textos junto aos educadores responsáveis pela sala de recursos, que deve contar com máquinas BRAILLE, impressora e equipamentos adaptados;

• A alfabetização em BRAILLE das crianças com cegueira é simultânea ao processo de alfabetização das demais crianças na escola, mas com o suporte essencial do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola, ou de Associação de Deficientes Visuais da cidade.

Para atender ao aluno com Deficiência Visual será necessário a disponibilização de alguns recursos e serviços para este público:

• Materiais desportivos adaptados: bola com guizo e outros;

• Sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades do aluno: sistema BRAILLE, tipos escritos ampliados, gravador de áudio;

• Textos com ilustrações táteis, para melhorar a compreensão;

• Posicionamento do aluno na sala de aula de modo que favoreça sua possibilidade de ouvir o professor;

• Deslocamento do aluno na sala de aula para obter materiais ou informações, facilitado pela disposição do mobiliário;

• Explicações verbais sobre todo o material apresentado em aula, de maneira visual;

• Boa postura do aluno, evitando-se os maneirismos comumente exibidos pelos que são cegos;

• Adaptação de materiais escritos de uso comum: tamanho das letras, relevo, software educativos em tipo ampliado, textura modificada, entre outras;

• Oferecer ambientes adaptados, com sinalização em BRAILLE, escadas com contrastes de cor nos degraus, corredores desobstruídos e piso tátil, é mais uma medida importante para a inclusão de deficientes visuais. O entorno da escola também deve ser acessível, com a instalação de sinais sonoros nos semáforos e nas áreas de saída de veículos próximas da escola.

• BRAILLE para alunos e professores videntes que desejarem conhecer o referido sistema;

• Materiais de ensino-aprendizagem de uso comum: pranchas ou presilhas para não deslizar o papel, lupas, computador com sintetizador de vozes e periféricos adaptados;

• Recursos ópticos;

• Apoio físico, verbal e instrucional para viabilizar a orientação e mobilidade, visando à locomoção independente do aluno.

Para atender com respeito e garantia de oportunidades ao aluno com deficiência visual, a escola deverá disponibilizar como recursos: caderno com pauta ampliada; lápis 6B; Lupa manual para ampliação; caneta Z4 roller black 0,7mm; régua para leitura; régua de medição com números ampliados; suporte para leitura (plano inclinado); scanner; máquina -xerox para ampliar texto; impressora BRAILLE; máquina de datilografia PERKINS – BRAILLE; reglete positiva; papel específico para produção de texto em BRAILLE; soroban; notebook com ledor/sintetizador de voz; bola sonora (com guizo);Régua de medição com números em BRAILLE; calculadora sonora; régua; esquadro e transferidor adaptados.

**7.1.5. Surdocegueira**

Para melhor compreensão das necessidades pedagógicas do aluno com surdocegueira, e consequentemente realizar adequações curriculares para o atendimento das suas especificidades, se faz necessário uma definição para o termo. Para tanto, considera-se aquela adotada pela I Conferência Mundial Helen Keller:

“Surdocegos são os indivíduos que tem uma perda substancial de audição e visão, de tal modo que a combinação das suas deficiências causa extrema dificuldade na conquista de habilidades educacionais, vocacionais, de lazer e social”. (Kinney, 1977, p. 21).

Adentrando à legislação, encontram-se aspectos Legais de apoio à Surdocegueira. No contexto legal mundial, há várias leis e diretrizes que podem e devem ser analisadas de forma coerente a fim de se estabelecer critérios que amparem a Surdocegueira em suas especificidades.

Entre estas leis e diretrizes é importante apresentar a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência de 1975, a Promulgação Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência de 2001 e as Normas Uniformes das Nações Unidas para a Participação e Igualdade das Pessoas com Deficiência de 1993. Porém, nenhuma destas diretrizes legais assinaladas destaca tão precisamente a Surdocegueira e os Surdocegos quanto à Declaração de Salamanca de 1994, que destina seu artigo 21 às Políticas Educacionais de Surdos e de Surdocegos.

No contexto nacional legal, podemos destacar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, aprovada em 3 de julho de 2001, pois em alguns de seus artigos estão explícitas diretrizes que amparam a questão da Surdocegueira. Primeiramente, pode se destacar o Artigo. 8º, VIII, que destaca a flexibilidade temporal do ano letivo, assim determinando:

Temporalidade flexível do ano letivo para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grandes defasagens idade/série.

A pessoa com surdocegueira, não é uma surda que se tornou cega, ou, vice versa, não se pode confundir esta condição com a deficiência múltipla. O Artigo 10 desta mesma lei também merece atenção, pois, destaca que:

Os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga promover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada por serviços de saúde, trabalho e assistência social.”

No fragmento do artigo acima, é inegável a grandiosa assistência que dispensa as pessoas com deficiência que necessitam de apoio individualizado, intensos e contínuos, como é o caso das pessoas com Surdocegueira.

O Artigo 12, inciso 2º descreve que:

“Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e as suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.”

No documento acima mencionado, fica assegurado à pessoa com Surdocegueira, acesso aos conteúdos curriculares mediante utilização de recursos e adaptações comunicativas que lhes assegurem funcionalidade acadêmica. Neste sentido, podemos destacar que, além dos métodos comumente conhecidos, como BRAILLE e Libras, seriam aceitos e respeitados outros métodos e adaptações próprias à Surdocegueira, como o alfabeto digital, língua de sinais adaptada, Braille tátil, escritas na mão, entre outros. Importante ainda é permitir o uso da técnica Tadoma:

“O tadoma é um método de comunicação utilizado pelos indivíduos surdocegos, em que a pessoa surdocega coloca o polegar na boca do falante e os dedos ao longo do queixo. O meio de três dedos, muitas vezes caem ao longo bochechas do falante com o dedo mindinho pegar as vibrações da garganta do falante. É às vezes referido como "leitura labial tátil, como a pessoa surdocega se sente o movimento dos lábios, bem como as vibrações das cordas vocais, soprando das bochechas e do ar quente produzido por sons nasais, como 'N' e 'M' (Wikipedia).”

Entretanto, o aluno com surdocegueira poderá necessitar do apoio de um guia-intérprete compreendido como recurso comunicativo, pois se tratando de Surdocegos, por mais que a intelectualidade esteja preservada e sendo este linguisticamente apto a várias formas de comunicação, é imprescindível o acompanhamento de um profissional habilitado em guia-interpretação para que o processo ensino-aprendizagem se efetive.

O documento do Ministério da Educação, "Saberes e práticas da inclusão, Dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira e múltipla deficiência sensorial", diz que o desenvolvimento da comunicação dos alunos surdocegos exige atendimento especializado, com estimulação específica e individualizada. Vale lembrar que, quanto mais precoces forem os estímulos, maiores são as chances de a criança adquirir comportamentos sociais adequados e usar os sentidos remanescentes com o melhor aproveitamento possível. No atendimento às necessidades destes alunos se faz importante:

• Explorar as potencialidades dos sentidos remanescentes (tato, paladar e olfato) é essencial para a orientação e a percepção, tanto na escola, quanto fora dela. Tornar a escola um espaço fisicamente acessível para essas crianças mais um passo imprescindível para acolhê-las adequadamente.

• Como alternativas para estabelecer comunicação para os surdocegos pós-simbólicos (já apresenta semântica), deve ser usado o sistema Tadoma, bem como o BRAILLE Tátil. Nessa técnica a pessoa utiliza as mãos para sentir os movimentos da boca, do maxilar e a vibração da garganta do falante, e assim consegue interpretar o que é dito.

Com os alunos surdocegos pré-simbólicos (que estão em construção do aspecto pragmático e semântico), o uso do tato também é fundamental. Antecipar algumas sensações e permitir que sintam a forma dos objetos, associando-os a funções correlatas: - a escova de dente indica um momento de higiene ou a colher anuncia que uma refeição será servida, por exemplo, estas ações, podem parecer simples, mas, são de grande valia, pois facilitam a orientação e propicia um conforto maior para a criança. Ademais, orienta-se:

• Ao aluno com surdocegueira deve ser dada a oportunidade de participar de todas as atividades e projetos propostos pela escola;

• Os professores da sala de aula e de recursos devem procurar adequar as atividades e o ambiente para favorecer o processo de inclusão da criança surdocega;

• Definir quais são os meios simbólicos utilizados pela criança surdocega para se comunicar (pistas, objetos de referência, entre outros);

• Garantir que o ambiente esteja organizado e adaptado para as reais necessidades da criança surdocega;

• Auxiliar e encorajar a criança surdocega a manipular os objetos e explorar novos ambientes;

• Verificar se os materiais estão adaptados, com contrastes e texturas para que o aluno consiga identificá-los;

• Construir com o professor da sala de aula, o calendário de atividades e o livro de comunicação.

Fundamental se faz definir a função do professor guia intérprete para alunos com surdocegueira:

• Orientar a criança surdocega na locomoção e orientação no espaço escolar;

• Contribuir com o professor da sala na organização dos materiais permanentes do espaço escolar, de forma a possibilitar melhores condições de orientação e mobilidade ao educando surdocego;

• O professor guia-intérprete deverá estar sempre ao lado do aluno surdocego, orientando e interpretando através da forma de comunicação escolhida;

• Em todo o processo, é fundamental assegurar que a pessoa surdocega matriculada e frequentando sala de aula no ensino regular tenha o direito de: - guia-intérprete; instrutor de língua de sinais; material adaptado no sistema BRAILLE ou ampliado em alto relevo; máquina braile;

Objetos e formas necessárias para sua comunicação:

• Ampliação do tempo para realização das avaliações aplicadas pelo professor; frequentar a sala de apoio pedagógico especializado e a sala de recursos;

• Participar de ambientes comuns à comunidade surda e cega, ampliando assim seu universo de contato.

**7.1.6. Transtornos Globais do Desenvolvimento**

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD - representam uma categoria na qual estão agrupados transtornos que têm em comum as funções do desenvolvimento afetadas.

Para que alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, destacando-se entre eles:

• Conhecer as particularidades e características de cada um dos alunos;

• Encorajar o estabelecimento de relações com o ambiente físico e social;

• Oportunizar e exercitar o desenvolvimento de suas competências;

• Diversificar as propostas metodológicas, buscando adequá-las à necessidade individual do educando;

• Utiliza, sempre que possível, material concreto que favoreça a aprendizagem de conteúdos curriculares;

• Utilizar instruções por meio de uma comunicação clara, simples e significativa para o aluno;

• Oferecer modelos adequados como apoio durante a realização das atividades pedagógicas;

• Planejar cuidadosamente ações que envolvam modificações na rotina dos estudantes;

• Realizar antecipação das atividades propostas por intermédio de uma comunicação significativa, utilizando-se apoio visual;

• Utilização de uma rotina diária para sinalizar as atividades pedagógicas;

• Antecipar as etapas e deixar que o aluno repita e execute atividades com ajuda do professor responsável pela sala de recursos, é uma ação importantíssima para que ele consiga discutir o tema junto dos colegas em sala. Peça para que ele destaque nos textos lidos algumas palavras-chave, o que pode ser feito com o auxílio de fichas “palavras para consultas”;

• Apresentar a rotina das atividades no alcance da visão do aluno.

**7.1.7. Altas Habilidades e Superdotação**

Corresponde ao notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados:

• Capacidade intelectual geral;

• Aptidão acadêmica específica;

• Pensamento criativo ou produtivo;

• Capacidade de liderança;

• Talento especial para artes;

• Capacidade psicomotora.

No processo de escolarização de alunos com altas habilidades e superdotação, é recomendado a adoção de algumas estratégias para atender às especificidades destes alunos, tais como:

• Evitar sentimentos de superioridade, rejeição dos demais colegas, sentimentos de isolamento, entre outros;

• Formação de grupos heterogêneos de trabalho, para promover a socialização, favorecer o processo de identificação com o grupo escolar e estimular a participação e cooperação;

• Pesquisa, persistência na tarefa e engajamento em atividades cooperativas;

• Materiais, equipamentos e mobiliários que facilitem os trabalhos educativos;

• Ambientes favoráveis de aprendizagem como: ateliê, laboratórios, bibliotecas etc.;

• Materiais escritos de modo que estimule a criatividade: lâminas, pôsteres, murais; inclusão de figuras, gráficos, imagens etc., e de elementos que despertam novas possibilidades.

**7.1.8 - Deficiência Múltipla**

A escola precisa compreender que a criança com deficiência múltipla pode ser mais lenta para agir e dar respostas, por isso é preciso dar mais tempo para que ela se expresse e realize as atividades, ou, em determinados casos, diminuir a quantidade de tarefas diárias.

Os recursos pedagógicos, os brinquedos, os equipamentos de parques, as cadeiras e aparelhos de locomoção, para que a criança participe de todas as atividades lúdicas e recreativas, devem ser cuidadosamente planejados e adaptados por toda a equipe de inclusão. Não há necessidade de equipamentos sofisticados, mas funcionais, que possibilite o ir e vir na escola e deem mais agilidade para locomover-se em todos os ambientes e participar ativamente.

O professor deve estar atento aos objetivos sócio emocionais, pois algumas vezes os alunos podem manifestar insegurança, birra, medo, frustração ou agressividade, isso porque suas necessidades básicas e de comunicação não foram compreendidas. Esses fatores são fundamentais para a potencialização do processo cognitivo e da aprendizagem de crianças que apresentam dificuldades na comunicação, em virtude de alterações neuromotoras e sensoriais.

Dessa maneira, devem-se buscar formas positivas de interação e trocas comunicativas com a criança, tais como toque, olhar, gestos, posturas, palavras adequadas ou símbolos que expressem a situação. Observando os seguintes pontos:

• Algumas crianças podem necessitar de formas alternativas de comunicação para expressar seus sentimentos, desejos, necessidades e pensamentos. A professora poderá utilizar, quando a criança não fala, objetos-símbolo, figuras ou códigos de comunicação;

• Verificar os obstáculos de acesso ao currículo, quais os conteúdos e atividades que podem modificar as possibilidades de funcionamento e produzir respostas qualitativamente melhores e mecanismos de adaptação ao meio;

• A escola, pais e professores devem buscar juntos formas mais adequadas de educar, de compreender as atitudes e de encontrar soluções que permitam adequar a proposta pedagógica às necessidades concretas desses alunos;

• As atividades devem ser organizadas a partir de conteúdos significativos, de acordo com as demandas, necessidades, expectativas e elementos considerados prioritários pelos pais, alunos, professores e demais profissionais. Os objetivos e as atividades poderão ser elencados mediante entrevista realizada com pais e crianças, por formulários de observação funcional do desenvolvimento integral e por meio de fichas para o registro do professor sobre as formas de aprendizagem e atividades desses alunos;

• Todos os alunos devem estar envolvidos em todos os momentos das atividades pedagógicas. Se for necessário, devem ser organizados grupos de trabalho para que as trocas entre os alunos se tornem produtivas para todos. Valorize o trabalho cooperativo, colaborativo.

Para atender a estes alunos nas suas especificidades, se faz importante saber que incluir alunos com deficiência múltipla na educação regular não requer um currículo especial, mas ajustes e modificações curriculares, envolvendo objetivos, conteúdos, procedimentos didático-metodológicos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/96 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), orientam adaptações em três níveis para o atendimento de alunos com deficiência múltipla:

• No projeto político-pedagógico da escola, elaborado pela comunidade escolar;

• No currículo (objetivos, conteúdos, atividades, avaliação, metodologia) com a participação de todos os envolvidos;

• No nível individual, com a participação da família na elaboração do plano educacional individual.

As adaptações de acesso ao currículo são de responsabilidade da escola, e envolvem:

• Mobiliário adequado (mesas, cadeiras, triângulo para atividades no solo, equipamentos para atividades em pé e locomoção independente);

• Equipamentos específicos e tecnologia assistida;

• Sistemas alternativos e ampliados de comunicação;

• Adaptação do espaço e eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais, play grounds, parques, entre outros;

• Recursos materiais e didáticos adaptados;

• Recursos humanos especializados ou de apoio;

• Situações diversificadas de aprendizagem e apoio para participação em todas as atividades pedagógicas e recreativas;

• Adaptações de atividades, jogos e brinquedos.

1. **AVALIAÇÃO**

O processo educacional dos alunos com deficiência deverá ser avaliado contínua e permanentemente, tendo em vista identificar potencialidades e necessidades dos alunos e as condições da escola para responder a essas necessidades, conforme preconiza a Resolução 019/2009, aprovada pelo Conselho Municipal da Educação - CME.

A avaliação deve compreender um sistema integrado, que incluiu a observação das aquisições inerentes a cada aluno, por meio de registros sistemáticos das atividades realizadas, com o intuito de identificar a abrangência dos resultados esperados, averiguando o alcance e a necessidade de aprimoramento do trabalho pedagógico, levando em consideração as variáveis:

I. de cunho individual, que incidem na aprendizagem;

II. as condições da escola e da prática docente, que incidem no ensino.

A avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos far-se-á em relatório contínuo, sistemático e permanente, registrando-se nele o tipo de deficiência, as necessidades, as superações e as potencialidades do aluno avaliado, considerando as competências e habilidades determinadas pela escola em seu projeto pedagógico.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, consubstanciada na Resolução CNE/CP nº. 02/2001, enfatiza a importância da avaliação do processo de ensino e aprendizagem para a identificação das necessidades educacionais especiais.

Nesta perspectiva, o processo de avaliação da aprendizagem dever ser um processo dinâmico que envolve a relação interpessoal que se estabelece entre professor e aluno, valorizando o processo de ensino - aprendizagem, buscando conhecer as estratégias de aprendizagem dos alunos e oferecer sugestões potencialmente úteis para o ensino.

O quadro abaixo apresenta algumas orientações que podem ser utilizadas pelo educador para rever suas ações em direção à avaliação da aprendizagem, e o processo de promoção do aluno:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEFICIÊNCIA Condição de ser.** | **AVALIAÇÃO** | **REGISTRO** | **PROMOÇÃO** |
| Física | Participar de todas as avaliações em espaço com melhor adequação de acessibilidade física, de mobiliário e, de materiais pedagógicos (cadeira de rodas, mesa com recorte, lápis/caneta adaptados). | Quantitativo: com registro de notas na caderneta.  Qualitativo: com registro de avanços em relação a aspectos diversos: cognitivo, afetivo, linguístico, motor, social. | Considerar os aspectos orientados pela legislação para todos os alunos. |
| Auditiva e Surdez | Participar de todas as avaliações que os demais colegas de classe.  Garantia da presença de intérprete de LIBRAS para aqueles que usam esta língua, bem como consideração do aspecto semântico no registro e correção do português escrito como segunda língua de uso da pessoa surda. | Quantitativo: com registro de notas na caderneta.  Qualitativo: com registro de avanços em relação a aspectos diversos: cognitivo, afetivo, linguístico, motor, social. | Considerar os aspectos orientados pela legislação para todos os alunos. |
| Visual (Cegueira e Baixa visão) | Participar de todas as avaliações que os demais colegas de classe. Fazer opção por:  Avaliação oral com ledor/transcritor.  Apreciação de vídeos dublado e/ou com audiodescrição.  Provas adaptadas em BRAILLE com auxílio de máquina de datilografar perkings ou reglete positiva para registro de respostas escritas neste código.  Avaliação apresentando textos com letras ampliadas, digitalizadas acompanhadas do uso do notebook e programa Dos Vox e uso de lupa de aumento. | Quantitativo: com registro de notas na caderneta.  Qualitativo: com registro de avanços em relação a aspectos diversos: cognitivo, afetivo, linguístico, motor, social. | Considerar os aspectos orientados pela legislação para todos os alunos. |
| Intelectual | Participar de todas as avaliações que os demais colegas de classe, com ressalva para adaptação das questões para a valorização do conhecimento intelectual/cognitivo que o aluno construiu no decorrer da apresentação dos assuntos da prova. | Qualitativo: com registro de avanços em relação a aspectos diversos: conteúdos de estudos, habilidades cognitiva, afetiva, motora, linguística, social.  Seguir as instruções orientadas pela resolução municipal (anexo) | Considerar os aspectos orientados pela legislação para todos os alunos.  Em caso de necessidade manter o aluno na mesma série/ano escolar no máximo 2 vezes. Esta não é uma determinação ríspida, retrucada ou impositiva, mas sim, uma orientação que se justifica pela necessidade do aprendiz com deficiência intelectual, talvez necessitar de mais tempo para concretizar o seu aprendizado. Não reter simplesmente por causa da deficiência; observar aprendizagem global.  Permitir ao aluno cursar todos os anos de escolaridade desde a educação infantil seguidos de frequência do 1º ao 9ºano , EJA, bem como, promoção para o ensino médio. |
| **Deficiência Múltipla:**    De acordo com as duas ou mais deficiências apresentadas, os alunos com deficiência múltipla, necessitarão de um programa de intervenção articulado ao planejamento educacional, num sistema flexível, organizado e estruturado de forma a atender diferentes interesses, níveis de motivação e capacidade incomum de aprender.  O ponto de partida deve ser a sistematização de um código de comunicação, a utilização de formas positivas de interação, mecanismos de antecipação de eventos e, principalmente, a sistematização da rotina diária para o desenvolvimento da independência e autonomia possíveis.  As atividades devem ser organizadas a partir de conteúdos significativos, oriundos da base comum de acordo com as demandas, necessidades, expectativas e elementos considerados prioritários pelos pais, alunos, professores e demais profissionais.  Os alunos com deficiência múltipla apresentam particularidades, níveis heterogêneos de capacidade, necessidades educativas diversificadas, e requerem, em consequência disso, uma avaliação individualizada e formas de intervenção didático-metodológicas diversas. Por isso, torna-se indispensável uma avaliação criteriosa e completa de cada criança, com orientações práticas e objetivas de toda equipe que a acompanha, visando possibilitar mecanismos funcionais e de melhor aprendizagem.  Para isso, torna-se essencial uma avaliação adequada a cada educando, visando conhecer as formas de interação e comunicação que utilizam a qualidade de experiências que possuem, as necessidades e possibilidades de ação funcional, os níveis diferenciados, as estratégias de ação e pensamento.  **Surdocegueira:**  • A avaliação de um aluno surdocego é um desafio estimulante. A solicitação ou a aplicação de testes padronizados para avaliar seu potencial é ineficiente, pois muitos testes têm como pré-requisito o uso da audição e visão. Tendo em vista a existência da barreira de comunicação, fica difícil a avaliação das reais potencialidades do educando surdocego, baseada em atividades para as quais ele não está apto sensorialmente.  • É importante que a avaliação seja diária, oferecendo recursos concretos e realizados em ambiente conhecido pelo aluno, e com as formas de comunicação que ele compreenda. Poder-se-á realizar registros qualitativos conforme os avanços do aprendiz. | | | |
| **Orientações complementares:**  O estudante com deficiência visual deverá participar de todas as avaliações propostas pela escola, bem como daquelas propostas pelo governo federal, e ter seus cadernos de provas, formulários, bem como, qualquer documento avaliativo no formato que possa ter autonomia para respondê-las (fonte ampliada, Braille, com ledor/transcritor).Para alunos com cegueira, as provas devem ser adaptadas conforme consulta preliminar ao mesmo;  • Ofertar tempo adicional sempre que o aluno não conseguir realizar todos os processos da avaliação em decorrência da sua deficiência e/ou da adaptação da prova.  **Alunos Cegos:**  • Disponibilizar ledor e transcritor (prova oral);  • Apresentar todas as questões/textos em BRAILLE. Neste caso a escola deverá ter impressora braile para produzir a prova, bem como máquina Braille e reglete para que o aluno possa responder a prova;  • Permitir que o aluno utilize o notebook com programa ledor de tela (Dos Vox). A prova deve ser apresentada no formato TXT (bloco de notas) e o aluno responderá no próprio notebook também usando o programa Dos Vox;  Observação: Caso o aluno não possa realizar a prova no mesmo espaço dos seus colegas, o professor da turma deverá acompanha-los até o local da escola onde possa realizá-la, pois somente este professor deverá tirar as dúvidas que o aluno por ventura vir a ter em relação ao conteúdo da mesma.  **Alunos com Baixa Visão:**  • Textos com letras ampliadas;  • Uso de caneta hidrocor/ponta porosa ou lápis 6b para anotar as respostas;  • Uso de lupas, tiposcópio, régua para leitura;  • A correção da prova em BRAILLE deve ser feita por profissionais que conheçam este código, caso este profissional não faça parte do quadro da escola, pode-se pedir o apoio da associação que atende estes alunos, tanto para a produção e/ou para correção do texto. | | | |

1. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Salas de Recursos Multifuncionais**

A política de responsabilidade com as ações voltadas para o público da educação especial se fortalece a cada dia. Prova disso é a aprovação recente da Lei 13.005/14, que destaca e reforça na meta IV, o Atendimento Educacional Especializado:

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.

Contudo, para atender aos alunos com deficiência nas suas especificidades, se faz imprescindível a complementação/suplementação de atividades no contra turno ao ensino na sala de aula regular, para tanto se faz necessário a cada escola a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais como está previsto também no Decreto nº 7611, de 2011:

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Reforçando esta proposta de atendimento, foi aprovada em 25 de junho de 2014, a Lei 13.005 de 2014, na meta quatro (IV):

4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

Como se observa, ambas preveem o Atendimento Educacional Especializado e a garantia da dupla matrícula no âmbito do FUNDEB, assim os alunos devem ser matriculados no AEE no período oposto ao da escolarização, preferencialmente na própria escola, ou em outra escola da rede de ensino, ou em centro de atendimento educacional especializado e/ou em instituições filantrópicas.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado – AEE, destina-se aos alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados no ensino regular, sendo acompanhados em salas de recursos multifuncionais nas unidades escolares.

O AEE objetiva a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, por meio de programas de enriquecimento curricular, do ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, de ajudas técnicas e tecnologia assistiva, diferenciando-se das atividades de sala de aula comum, com continuidade de estudos nos demais níveis de ensino e não substituindo a escolarização, possuindo um caráter complementar e/ou suplementar a formação dos alunos.

Sabendo ainda da história de responsabilidade que as instituições e associações que atendem especificamente a pessoas com deficiência, é que a Equipe da Educação Especial respaldada pela Lei 13.005/2014, busca nas suas ações, valorizar estes espaços como determinação legal, para tanto, executa a lei quando busca:

4.17) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

Assim como o movimento inclusivo exige mudanças estruturais para as escolas comuns e especiais, ele também propõe que haja uma articulação entre os diferentes profissionais envolvidos neste processo. O diálogo entre diversos profissionais é necessário para o aprofundamento e melhor desempenho, seja do aluno, do professor ou do especialista.

No entanto, o diálogo só acontece quando as partes que se respeitam mutuamente e não assumem uma posição de superioridade de conhecimento e de dominação sobre o outro.

Ao abordar o espaço educacional responsável pelo ensino formal dos alunos, percebe-se que o movimento de saída da vida particular e familiar para o domínio público e social tem função reguladora e formativa para os alunos, pois à escola cabe ensinar a compartilhar o saber, introduzir o aluno no mundo social, cultural e cientifico, ou seja, cabe à escola socializar o saber universal.

Considerando o Atendimento Educacional Especializado - AEE, o mesmo é caracterizado por estratégias, recursos e formas de interação que promovam o desenvolvimento das potencialidades particulares e pessoais, colaborando com a superação das barreiras impostas pela deficiência. Como possui um caráter educacional, enquanto a escola trabalha o saber universal, o AEE trabalha com a singularidade do aluno, considerando sua forma de acessar conhecimentos, suas convicções, visando propiciar novas estratégias na construção do saber e ampliando sua autonomia pessoal, disponibilizando recursos como o BRAILLE, Libras, tecnologias, Comunicação Alternativa/Aumentativa, uso de diferentes estratégias pedagógicas, dentre outros.

**10. NÚCLEO DA DIVERSIDADE E EQUIPE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

A ideia de compor uma equipe, para responder pelos assuntos relacionados à Educação Especial na perspectiva da inclusão, na Secretaria Municipal da Educação - SMED, se deu num ato de demonstração do compromisso e responsabilidade que os gestores da SMED têm frente ao público com deficiência, sua família, bem como, seus educadores e a escola como um todo, com vistas à promoção da autonomia e enfrentamento das desigualdades sociais; assegurando a todos que procuram os seus serviços uma participação efetiva na busca do cumprimento dos propósitos da educação para todos.

Alicerçado na interdisciplinaridade e na intersetorialidade, o Núcleo da Diversidade, representado pela equipe da Educação Especial Inclusiva, busca tecer diálogos com a comunidade civil e jurídica para estudar, discutir, acompanhar, encaminhar, representar e dar suporte teórico, técnico e prático às demandas oriundas do ensino- aprendizagem das escolas da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, que tem o educando com deficiência em suas salas de aula. Contudo, a origem do trabalho da equipe é anterior a este momento e se fundamenta na legislação.

Desde meados dos anos de 1994, com a declaração de Salamanca, o estudo relacionado à vida escolar de alunos com deficiência foi intensificado em todo o mundo, nascendo aí à proposta de uma educação para todo, sustentado pelo ideal de construção da escola inclusiva.

A constituição de 1988, art. 208, inciso III, o Plano Decenal de Educação para todos, 1993 - 2003, e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1999 são exemplos de documentos que defendem e asseguram o direito de todos à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 define, no capítulo V, que a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando aos mesmos currículo, técnicas, recursos educativos específicos para atender as suas necessidades, métodos dentre outros recursos e adaptações.

No município de Vitória da Conquista, a SMED compactua com a garantia da matrícula de alunos com deficiência nas suas escolas regulares, o que veio a culminar por volta do ano de 2002, a partir dos ditames do Plano Nacional de Educação, instituído pela lei nº 10.172/02, passando a inclusão escolar a ser considerada política pública.

Para sustentar a educação especial na perspectiva da escola inclusiva foi inicialmente formada uma equipe com profissionais da área de pedagogia, psicologia e psicopedagogia.

Na atualidade, a equipe da educação especial da Secretaria Municipal da Educação, está ancorada no Núcleo da Diversidade, para acompanhar as determinações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – MEC/SECADI, que em articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena e relações étnico-raciais.

Como se observa, o objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Para atender a demanda do público alvo da educação especial na perspectiva da inclusão nas escolas municipais de Vitória da Conquista, fez-se necessário criar uma equipe multiprofissional, a qual atua de forma conjunta, multidisciplinar e assim atende à comunidade escolar nas suas diversas necessidades. A equipe segue uma hierarquia e o fluxograma abaixo apresenta seus elos, segmentos e suas ramificações:

**SMED**

Núcleo Pedagógico

Núcleo da Diversidade

Educação Especial

**FAMÍLIA**

**ESCOLA**

**ALUNO**

Professor AEE

Gestão Escolar

Professor ensino regular

Como objetivos de trabalho, a equipe apresenta:

**Objetivo Geral:**

- Promover ações articuladas, com as escolas da rede municipal, orientando seus gestores na proposição de ações a partir do apoio das políticas do Ministério da Educação, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

**Objetivos Específicos**:

• Atuar como espaço de consultoria nas questões relacionadas ao ensino-aprendizagem da educação especial na perspectiva da inclusão, bem como da acessibilidade, permanência e sucesso dos educandos com deficiência nas escolas da rede municipal.

• Propor ações individualizadas para atender aos alunos em sua peculiaridade de aprendizagens oriunda da deficiência.

• Articular ações multiprofissionais para orientar os educadores, coordenadores, enfim a comunidade escolar da rede municipal de ensino.

• Orientar às famílias no que tange aos seus direitos sociais de seus filhos-estudantes com deficiência.

• Representar, quando indicado, a Secretaria de Educação em espaços onde a discussão gire em torno da educação especial na perspectiva da inclusão.

• Promover apoio/orientação à família dos alunos com deficiência, em consonância com o setor social e de saúde, bem como associações, (CRAS, CREAS, CAPS, Ministério Público, Conselho Tutelar, entre outros), para que a acessibilidade, a inclusão sejam fortalecidas enquanto política pública e direito universal a todos os indivíduos, independentes de suas características físicas, sensoriais e intelectuais, bem como, propor a derrubada de barreiras atitudinais no âmbito da sociedade onde a educação está alocada.

• Atuar como equipe reguladora, responsável por trazer toda a parte da legislação, de mudanças conceituais e teóricas que possibilitem às escolas municipais se adaptarem às normatizações de âmbito mundial e nacional.

• Assessorar a Coordenação Pedagógica Geral da SMED, na viabilização de ações para garantia da prática inclusiva dentro dos espaços educacionais municipais.

• Acompanhar a seleção e formação de profissionais para atender na Sala de Recursos Multifuncionais.

• Participar de ações do governo municipal, em conformidade com o plano “Viver sem Limites”.

• Promover ações para garantir ao aluno com deficiência o acesso aos programas de renda, ofertado pelo governo federal (BPC, Bolsa Família...).

• Comparecer às reuniões e participar de ações dos diversos setores do governo municipal, que dialoga com as questões da pessoa com deficiência (conselhos municipais - CMAS, CMPD, Programa Saúde a Escola...).

• Atender às solicitações dos órgãos jurídicos que tratam de assuntos relacionados à inclusão de alunos com deficiência nas escolas municipais.

• Propor junto às associações e instituições de ensino superior, parcerias para inscrição de professores da rede municipal em cursos de Libras, BRAILLE, Tecnologias assistivas, dentre outros, relacionados à educação especial na perspectiva da inclusão.

• Identificar a necessidade de contratação de profissionais com formação específica (BRAILLE, Libras, Tecnologias Assistivas), para atuar frente às necessidades do educando, público alvo da educação especial inclusiva, conforme demanda oriunda da escola.

• Articular ações para proposição de estudos, pesquisas e atividades que envolvam a educação especial na perspectiva da inclusão, nas escolas regulares municipais, com o entendimento de que a responsabilidade da educação especial inclusiva é de todos os componentes da escola e, portanto, ela é desafio de toda a sociedade.

• Orientar os educadores, a coordenação pedagógica, entre outros profissionais da escola, para compreender os mecanismos de produção e uso de materiais para constituir o material específico, didático-pedagógicos para os alunos público alvo da educação especial inclusiva.

• Orientar os gestores no desenvolvimento de projetos para compra de equipamentos, livros adaptados, derrubada de barreiras arquitetônicas, pedagógicas com verbas do PDDE.

• Atender à Lei 13.005/14:

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

• Implantar e implementar conforme orientação dos avanços na legislação, a cultura da inclusão.

**10.1. Equipe de Educação Especial Inclusiva**

Com as novas formatações que as escolas vem passando para se adequar às disposições legais, atender com responsabilidade e compromisso ao público da educação especial, tendo por perfil os educandos com deficiência, medidas nacionais vem sendo tomadas, a mais recente está explícita na Lei 13.005/2014, que sugere a criação de Centro composto por Equipe Multiprofissional para desenvolver ações diversas e assim assegurar a qualidade na educação especial inclusiva, como apresenta o texto abaixo:

4.5) estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.13) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

A Equipe da Educação Especial Inclusiva faz parte da composição do Núcleo da Diversidade, correspondendo a uma das modalidades de ensino que fazem parte do Núcleo Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação - SMED, sendo composto por coordenadores, com formações específicas e multidisciplinares, portadores de experiência em Educação Especial, como dispõe na resolução 038/2012. Neste aspecto, aponta-se como profissionais para atuarem neste espaço: Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistência Social, Pedagogo, Psicólogo, Professor de Libras, Instrutor de Libras (pessoa surda) e Professor com conhecimento em orientação, mobilidade, sistema BRAILLE e Tecnologias Assistivas.

**10.1.1 - Assistente Social**

O trabalho do Assistente Social na Educação Especial com a perspectiva do fortalecimento da escola inclusiva, volta-se para identificar e atender às demandas provenientes da questão social que perpassa o cotidiano do campo educacional. Objetivando contribuir para a garantia da educação enquanto direito social, preconizado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, a partir de ações que promovam o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos com deficiência nas escolas da Rede Municipal de Vitória da Conquista. Nesta abordagem, cabe a este profissional :

• Realizar pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para conhecimento do contexto social do educando, enquanto sujeito de direitos.

• Elaborar e executar programas de orientação sócio familiar em consonância com a escola;

• Promover visitas sociais ao lar, com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno;

• Propor atendimentos individuais e/ou em grupos, visitas institucionais e domiciliares, para melhor orientação e a busca de recursos que atenda às necessidades do educando com deficiência;

• Encaminhar, quando necessário, aprendizes com deficiência para programas que fortaleça aspectos inerentes a melhoria do seu aprendizado global;

• Trabalhar em parceria com toda a rede da Assistência Social, Saúde e Previdência para garantia dos direitos do aluno com deficiência.

• Elaborar relatórios sociais a partir de visitas, atendimentos individualizados e escuta de profissionais dos diversos setores, bem como do público alvo da educação especial inclusiva.

Na perspectiva do trabalho com a família, é importante orientar as ações pela Lei 13.005/2014 que ressalta o Serviço Social:

4.12) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

**10.1.2. Professor de Libras**

Em cumprimento ao que determina o Art. 15, do DECRETO Nº 5.626/2005 que define: “Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, para alunos surdos devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como “atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.”

O professor de Libras que atua na sala de Recursos Multifuncionais, por meio do Atendimento Educacional Especializado, é responsável pelo planejamento e aplicação de atividades que envolvem o ensino em Libras, da Libras e em Português na modalidade escrita, para alunos surdos do fundamental I de toda a rede municipal de ensino.

É também responsável pela orientação e formação de professores de alunos surdos da sala regular e pelas visitas técnicas envolvendo alunos que apresentam sinais de surdez nas escolas da rede.

**10.1.3. Fonoaudiólogo**

A Fonoaudiologia se insere na educação, pautada no Decreto n° 87.218/1982, que regulamentou a Lei n°6.965/1981, que dispõe sobre a profissão do Fonoaudiólogo, referindo sua contribuição na área da Educação.

Além dessa legislação, a Resolução CFF n° 309/2005, do Conselho Federal de Fonoaudiologia, dispõe sobre a atuação do Fonoaudiólogo no ensino fundamental, educação especial, dentre outros tipos de instituições e acrescenta que além do atendimento clínico nas áreas de linguagem, motricidade orofacial, voz e audiologia, a Fonoaudiologia deve contribuir no planejamento educacional, para tanto deverá:

• Ofertar a formação continuada aos professores com foco na utilização da aquisição e o desenvolvimento da linguagem como fatores constitutivos no processo escolar, principalmente voltado ao aluno que necessita de um atendimento mais individualizado, focando na inter-relação dos sujeitos envolvidos no âmbito escolar, de forma que a prática da interação favoreça as trocas sociais e a construção do aprendizado nesse sujeito inserido num contexto novo e repleto de delimitações.

• Envolver-se na prática do processo de inclusão educacional, a fim de proporcionar um apoio técnico no planejamento das atividades voltadas ao todo do processo escolar, tomando por pressuposto essencial, o desenvolvimento da linguagem, independente dos mecanismos adotados pelo aluno com deficiência inserido no ensino regular, para a sua comunicação com os demais elementos da instituição escola ou creche.

• Realizar monitoramento e orientação sobre o uso correto do dispositivo do Sistema FM junto aos professores, aos alunos e a suas famílias;

• Promover a formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado e professores que possuem alunos público alvo do Sistema FM, sobre o uso de recursos tecnológicos, que favoreça o desenvolvimento acadêmico do estudante com deficiência auditiva;

• Fomentar orientações técnicas aos profissionais monitor/cuidador (Auxiliar de Vida Escolar).

**10.1.4. Pedagogo**

Nos dias atuais, o campo de atuação do pedagogo tornou-se cada vez mais amplo, o que muda a imagem de que o pedagogo é aquele que atua apenas na docência. Libâneo, (2001, p.116), aponta que o “pedagogo é o profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações”. Nesta perspectiva são ações deste profissional:

• Participar da construção da proposta pedagógica e acompanhar a sua implementação nas escolas do município, com foco no ensino-aprendizagem de alunos com deficiência.

•Orientar à escola nas questões relacionadas à alfabetização/letramento de alunos com deficiência.

• Propor ações voltadas para as adequações curriculares necessárias ao acesso, permanência e aprendizagem de educandos com deficiência.

• Participar, quando convidado, nos encontros de educadores, coordenadores, gestores, orientando o planejamento e questões relacionadas ao conhecimento linguístico, lógico matemático, social, afetivo, motor e das diversas aprendizes demandadas pelos alunos com deficiência.

• Participar de reuniões com professores, para tratar de assuntos pedagógicos diversos, relacionados à educação especial na perspectiva da inclusão.

• Fornecer bases teóricas para a escola, no intuito de nortear a reflexão sobre a prática do professor de alunos com deficiência em momentos de planejamento, avaliação e promoção.

• Orientar os professores de alunos com deficiência quanto à produção de materiais pedagógicos adaptados.

• Conhecer o desempenho da escola, em avaliações internas e outras, relacionadas ao desempenho de alunos com deficiência.

• Viabilizar a realização de parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede municipal de ensino (LEI 13.005/14).

• Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência.

• Manter informada a Secretaria Municipal de Educação, em especial, a Coordenação Pedagógica Geral, sobre as demandas da Educação Especial na perspectiva da inclusão.

• Atender às demandas do Ministério da Educação em questões relacionadas a vida estudantil de alunos com Deficiência, baseado no Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa INEP/Censo escolar.

• Responder aos questionários relativos à educação especial, encaminhados à Secretaria de Educação pelo MEC e que seja de competência do pedagogo.

• Realizar monitoramento e acompanhamento dos trabalhos elaborados em Salas de Recursos Multifuncionais.

• Fomentar ações e participar da formação dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais e dos Cuidadores (Auxiliar de Vida Escolar – AVE).

• Realizar visitas técnico-pedagógicas nas escolas para acompanhar as ações executadas pelos professores, coordenadores e demais profissionais na educação do aluno com deficiência.

• Atender à demanda da escola, em questões relacionadas à avaliação pedagógica inicial de alunos com indicativo de deficiência.

• Socializar com a equipe multidisciplinar da Educação Especial da SMED, os acontecimentos inerentes à necessidade de alunos com deficiência, ainda que não seja de competência do pedagogo.

• Mediar ações entre, escola, família e Secretaria Municipal da Saúde para busca de marcação de exames necessários ao atendimento específico de alunos com suspeita de deficiência.

• Elaborar e/ou complementar junto à escola, instrumentos para avaliação educacional dos alunos com deficiência.

• Encaminhar alunos com deficiência para avaliações específicas com profissionais de outras áreas quando se fizerem necessárias.

• Analisar os resultados das avaliações propostas pela escola e governo federal, planejando intervenções juntamente com os educadores quando necessário for.

• Orientar o professor quanto à promoção do aluno com deficiência intelectual.

• Apoiar as pesquisas que estudantes do ensino superior, realizam e estão relacionadas à educação especial na proposta de construção da escola inclusiva.

• Estabelecer parcerias com as famílias dos alunos com deficiência e com a comunidade escolar, visando desenvolver ao máximo as potencialidades e a autonomia dos mesmos.

A definição dessas competências é acordado na Resolução CNE/CEB de 2/11/2001, (BRASIL,2001), quando no seu artigo 18, define que :

Professores Especializados em Educação Especial - aqueles que desenvolverem competências para identificar as necessidades especiais, para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didático-pedagógicos e práticas alternativas, adequadas ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo ao professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Como se observa, a função do Pedagogo, enquanto coordenador pedagógico, refere-se também a uma nova atuação do professor especializado em Educação Especial, que é a de trabalhar em equipe com os professores da classe comum e a da equipe multidisciplinar, dando a assistência necessária com o objetivo de promover a inclusão.

**10.1.5. Professor de Braille**

• Desenvolver ações pedagógicas inclusivas nos processos de ensino–aprendizagem, na reflexão da prática docente que tem o aluno com deficiência visual (cego e baixa visão) como parte integrante da diversidade da sala de aula regular e nas relações entre o professor do atendimento educacional especializado e os demais profissionais do espaço escolar e da equipe da educação especial da Secretaria Municipal da Educação.

• Problematizar e apoiar as ações pedagógicas voltadas para os alunos com deficiência visual, desenvolvidas pela equipe escolar.

• Orientar à escola quanto à necessidade de registrar no projeto político pedagógico e/ou plano de ação, as práticas previsíveis no ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência visual.

• Promover e participar de reuniões com a coordenação pedagógica escolar para discutir e implementar ações relacionadas ao planejamento e a prática de atividades inclusivas, em que o aluno com deficiência visual tenha espaço garantido.

• Ter como proposta de suas ações pedagógicas a de articular o currículo básico e os projetos (Informática na Escola, Sala de Leitura, Escola Mais, Mais Educação, entre outros) de forma integrada para TODOS.

• Monitorar o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais que hoje tem seus alicerces na legislação vigente, dando conta do atendimento especializado aos alunos com deficiência visual que frequentam a escola.

• Participar da formação dos professores de aluno com deficiência visual, bem como orientar aos docentes nas atitudes necessárias ao aprendizado e permanência destes alunos na escola.

• Desenvolver ações pedagógicas inclusivas que possibilite a construção/desenvolvimento do aluno autônomo, independente, curioso numa sociedade mais igualitária e menos estigmatizada.

• Apoiar a família e mantê-la informada sobre a vida acadêmica do aluno, bem como prestar-lhe orientações quanto aos direitos e deveres da pessoa com deficiência.

• Articular ações conjuntas com o instrutor de BRAILLE e Tecnologias Assistivas.

• Rever anualmente as ações pedagógicas propostas e que visam garantir a permanência e escolarização do aluno com deficiência visual de forma significativa.

• Orientar o professor de classe quanto às adaptações das atividades, da avaliação enquanto processo, bem como do registro quantitativo, qualitativo e da promoção do aluno com deficiência visual.

• Orientar à escola quanto às adequações do currículo escolar para atender às especificidades do aluno com deficiência visual.

**10.1.6. Instrutor de Libras**

O instrutor de LIBRAS, segundo o Decreto 5626/2005, tem por perfil:

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

Ademais, deverá propor ações voltadas ao atendimento às necessidades dos alunos nas questões:

• Trabalhar em parceria com o professor de Libras, no intuito de tecer diálogos em língua brasileira de sinais e assim criar e fortalecer a identidade dos educandos surdos da rede municipal de ensino.

• Realizar visita técnica para socializar saberes práticos no ensino da Libras para os professores da sala de aula regular e da sala de recursos multifuncionais.

• Participar das formações de professores no intuito de fortalecer o ensino-aprendizagem da Libras.

• Apoiar o responsável pelo aluno surdo na intenção de levar a Libras para a prática familiar.

• Planejar atividades e produzir material específico da Libras para uso nos atendimentos e também para entrega aos professores de classe.

• Participar de eventos promovidos pela SMED e relacionados à educação da pessoa surda.

**10.1.7. Tradutor/Intérprete de Libras**

O profissional Tradutor/Intérprete de Libras e Língua Portuguesa deve mediar ações, para garantir ao aluno surdo o acesso aos conteúdos curriculares por meio da utilização da língua brasileira de sinais em sala de aula. O intérprete de Libras é o profissional que tem competência e proficiência para interpretar a Libras para a Língua Portuguesa, ou vice-versa, o que pode acontecer de forma simultânea ou consecutiva.

A Lei nº 12.319, de 01/09/2010, que regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete da Libras, propõe que na prática, o intérprete sirva de mediador entre os surdos usuários da Libras e os ouvintes, com o objetivo de estabelecer a comunicação entre ambos.

O art. 4º da Lei nº 12.319/2010, diz que o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve possuir nível médio e sua formação deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou

II - cursos de extensão universitária;

III -cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Contudo, há também o exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa, que contará com “banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior”. (art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 12.319/2010).

De acordo com o artigo 6º da Lei nº 12.319/2010, estas são as atribuições do tradutor e do intérprete de LIBRAS, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Já antes desta lei, o Decreto Federal nº 5.626/2005, determinava que em todos os órgãos públicos, hospitais e escolas deve ser previsível a existência e atuação do profissional intérprete/tradutor da Libras.

Interpretar exige conhecimento, esforço físico e mental, envolve ainda, ética profissional, desempenho e competência e principalmente respeito com a pessoa surda.

Como se pode observar, a contribuição do intérprete na inclusão dos alunos surdos na escola é de grande valia, principalmente pelo fato de ele ser mediador na comunicação entre eles, com os acontecimentos da sala de aula e da escola como um todo.

Entretanto, é importante lembrar que o intérprete só atua onde há alunos que já usam a Libras, em classes onde o aluno ainda não domina a Libras, a presença do intérprete não terá significado, neste caso, orienta-se a presença do professor e/ou instrutor da Libras. Assim, é importante saber:

- O intérprete não é o professor do aluno. Sua função é o de interpretar para a Libras as falas do professor. Muito menos, ele será o substituto do professor.

- O intérprete deverá apoiar o aluno surdo em todas as atividades. E, portanto deve colocar em prática alguns preceitos éticos:

- Imparcialidade (interpretação neutra, sem dar opiniões pessoais);

- Distância profissional (não haver interferência da vida pessoal);

- Confiabilidade (sigilo profissional);

- Discrição (estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);

- Fidelidade (interpretação deve ser fiel, sem alterar a informação mesmo que seja com a intenção de ajudar).

Como elemento ativo e atuante dentro do processo educativo, o Intérprete precisa ser reconhecido pelo aluno surdo como ator essencial a sua aprendizagem, seu papel como mediador, bem como suas competências e o âmbito de sua atuação deve ser devidamente reconhecido pelos alunos, para que, à medida que estes se conscientizem sobre tais questões, possam, também apoiar os movimentos que buscam organizar a atuação do Intérprete de Língua de Sinais, formalizando sua profissionalização.

**10.1.8. Psicólogo**

Ao longo da história da Psicologia, a educação inclusiva vem sendo alvo de estudos e investigações que apontam caminhos para o desenvolvimento de estratégias para viabilizar a inclusão de alunos com deficiência. Este processo pode ser traduzido como perspectivas e métodos que implica nas relações entre psicologia, práticas educacionais e educação especial. Portanto, a intervenção do psicólogo pode ocorrer de diversas formas, conforme o que preconiza o Conselho Federal de Psicologia nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica (2013):

Destaca-se, assim, o papel primordial das relações sociais para o desenvolvimento do psiquismo que, segundo Vygotski (1995), ocorre a princípio em um nível interpsicológico para depois se tornar interno – intrapsicológico, em que as normas de comportamento, a ética, os ideais, as convicções e os interesses são apropriados pelo indivíduo por meio do processo de mediação com o outro. Por isso, a necessidade da (o) psicóloga (o) compreender como se constituem as relações sociais no contexto educativo e identificar qual o lugar que ocupa a deficiência do estudante nessa relação.

Pelo exposto, é importante destacar que este profissional pode desenvolver ações como: acompanhamento do aluno de inclusão no contexto escolar; participação na articulação de serviços para o atendimento do estudante com deficiência, na busca da garantia de atendimentos em outras áreas; mobilização de encontros e participação em reuniões com os profissionais que atendem esse aluno, auxiliando assim também a compreensão dos professores acerca das necessidades especiais; reflexão e adequação do processo de avaliação psicopedagógica, inserção de discussão e possibilidades de atuação nos Projetos Políticos Pedagógicos, contribuindo com a construção do plano da escola e desenvolvendo programas e outras situações para promover a apropriação do conhecimento por todos os alunos.

Além das intervenções específicas voltadas ao processo de inclusão de alunos com deficiência, a atuação do Psicólogo junto à equipe escolar, sobretudo aos professores, torna-se um importante fator que pode ser viabilizado por intermédio da formação docente. O Conselho Federal de Psicologia nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica (2013) salienta ainda que:

A (o) psicóloga (o) pode atuar junto aos professores por meio de formação continuada (FACCI, 2009), trabalhando conteúdos relacionados ao desenvolvimento e aprendizagem, tendo como norte fornecer subsídios que contribuam para o entendimento de como o aluno aprende. O objetivo é contribuir para o aprofundamento teórico a fim de compreender as relações existentes entre a subjetividade humana, a formação do psiquismo e o processo educacional, formados nas relações sociais.

A atuação do Psicólogo na Coordenação Pedagógica, responsável pela Educação Especial, se estabelece na interação com os demais profissionais que compõe o Núcleo Pedagógico, com a equipe escolar, com os alunos e suas famílias. Nessa perspectiva, torna-se necessário o desenvolvimento de uma série de ações, sendo algumas descritas abaixo:

• Coordenar e supervisionar atividades pedagógicas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem que envolva o aluno com Deficiência e Transtorno Globais do Desenvolvimento.

• Favorecer a construção participativa, onde se incentive a produção do conhecimento por parte dos professores que possuem alunos com Deficiência e Transtorno Globais do Desenvolvimento, promovendo mudanças atitudinais, procedimentais e conceituais nos indivíduos.

• Integrar professores x alunos com Deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem, mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação do professor e a sua, desenvolvendo habilidades para lidar com as diferenças, com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade.

• Orientar os professores que possuem alunos com Deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento quanto à produção de materiais didáticos-pedagógicos específicos as suas necessidades.

• Realizar visita técnico-pedagógica para identificar, socializar saberes e orientar os professores quanto às dificuldades apresentadas em relação aos alunos público alvo da educação especial, para acompanhar as ações executadas pelos professores, coordenadores e demais profissionais na educação do aluno, por meio de estudos, diálogos, avaliações e outras mecanismos.

• Identificar alunos com deficiência, que necessitem potencializar as suas especificidades para o próprio profissional habilitado da equipe, mediante relatório.

**10.1.9. Instrutor de Braille e Tecnologias Assistivas**

O instrutor de BRAILLE é a pessoa habilitada e certificada para ensinar este código às pessoas com cegueira. O Sistema Braille, utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas, foi inventado na França por Louis Braille, um jovem cego, reconhecendo-se o ano de 1825 como o marco dessa importante conquista para a educação e a integração dos deficientes visuais na sociedade. O profissional desempenhará as funções de:

• Realizar um trabalho de itinerância em sala de aula no mesmo turno em que o aluno frequenta a classe regular, para mediar situações de ensino do BRAILLE em máquina de datilografar e/ou reglete positiva.

• Produzir atividades, avaliações em BRAILLE em parceria com o professor de classe.

• Promover curso de BRAILLE para os professores das escolas onde há alunos com cegueira.

• Buscar parceria com Associações da cidade que atendem alunos com cegueira para ampliar saberes inerentes a este público.

• Trabalhar em parceria com a coordenação da educação de alunos com deficiência da SMED para construção de projetos que reforcem a educação do aluno com cegueira.

**10.1.10. Terapeuta Ocupacional**

A Terapia Ocupacional e uma profissão regulamentada com perfil, métodos, ações, intervenções definidas, e atos privativos que só podem ser executados por terapeutas ocupacionais, conforme legislação vigente (Decreto-Lei nº 938/69; Lei nº 6.316/75; Resoluções COFFITO-8, 10 E 81). Definida pelo CREFITO-3 como:

- Campo de conhecimento e de intervenção em saúde, educação e na esfera social, reunindo tecnologias orientadas para a emancipação e autonomia de pessoas que, por razões ligadas à problemática específica, físicas, sensoriais, mentais, psicológicas e/ou sociais apresentam temporariamente ou definitivamente dificuldade da inserção e participação na vida social (Disponível em: http://www.crefito.com.br/).

A Resolução COFFITO nº 08/1978, que aprova as normas para habilitação ao exercício das profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional e dá outras providências, determina que:

*“Art. 4º Constituem atos privativos do terapeuta ocupacional prescrever, ministrar e supervisionar terapia ocupacional, objetivando preservar, manter, desenvolver ou restaurar a capacidade funcional do cliente a fim de habilitá-lo ao melhor desempenho físico e mental possível, no lar, na escola, no trabalho e na comunidade, através de:*

I - elaboração de testes específicos para avaliar níveis de capacidade funcional e sua aplicação;

II - programação das atividades da vida diária e outras a serem assumidas e exercidas pelo cliente, e orientação e supervisão do mesmo na execução dessas atividades;

III - orientação à família do cliente e à comunidade quanto às condutas terapêuticas ocupacionais a serem observadas para a aceitação do cliente, em seu meio, em pé de igualdade com os demais;

IV - adaptação dos meios e materiais disponíveis, pessoais ou ambientais, para o desempenho funcional do cliente;

V - adaptação ao uso de órteses e próteses necessárias ao desempenho funcional do cliente, quando for o caso;

VI - utilização, com o emprego obrigatório de atividade, dos métodos específicos para educação ou reeducação de função de sistema do corpo humano; e

VII - determinação:

a) do objetivo da terapia e da programação para atingí-lo;

b) da frequência das sessões terapêuticas, com a indicação do período de tempo de duração de cada uma; e

c) da técnica a ser utilizada.”

Em 2006, o COFFITO ratificou a prática do terapeuta ocupacional nas Atividades da Vida Diária e Atividades Instrumentais da Vida Diária, por meio da Resolução COFFITO nº 316, de 19 de julho de 2006, a qual afirma:

*“Artigo 2° - Compete ao Terapeuta Ocupacional o uso da Tecnologia Assistiva nas Atividades de Vida Diária (AVDs) e Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs) com os objetivos de:*

I - promover adaptações de jogos, brincadeiras e brinquedos;

II - criar equipamentos, adaptações de acesso ao computador e software;

III - utilizar sistemas de comunicação alternativa, de órteses, de próteses e de adaptações;

IV - promover adequações posturais para o desempenho ocupacional por meio de adaptações instrumentais;

V - realizar adaptações para déficits sensoriais (visuais, auditivos, táteis, dentre outros) e cognitivos em equipamentos e dispositivos para mobilidade funcional;

VI - adequar unidades computadorizadas de controle ambiental;

VII - promover adaptações estruturais em ambientes domésticos, laborais, em espaços públicos e de lazer;

VIII - promover ajuste, acomodação e adequação do indivíduo a uma nova condição e melhoria na qualidade de vida ocupacional.

*Artigo 3° - É competência do Terapeuta Ocupacional no âmbito das Atividades de Vida Diária (AVDs) e Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs), de acordo com o diagnóstico e o prognóstico terapêutico ocupacional, prescrever a alta da terapêutica ocupacional. “*

São atribuições do Terapeuta Ocupacional no âmbito da educação especial:

• orientação e supervisão das atividades da vida diária do aluno;

• orientação à família do aluno;

• orientação aos professores;

• orientação à comunidade escolar;

• adaptação dos meios e materiais disponíveis, pessoais ou ambientais, para o desempenho funcional do aluno;

• indicação de tecnologia assistiva (cadeira de rodas, órteses, próteses e adaptações de matérias pedagógicos) necessárias ao desempenho funcional do aluno;

• eliminações de barreiras arquitetônicas e adequação da estrutura escolar em consonância com ABNT2004.

**10.1.11. Auxiliar de Vida Escolar**

Com a efetivação da Educação Inclusiva nas escolas municipais de Vitória da Conquista, foi instituída a função do profissional Auxiliar de Vida Escolar (monitor/cuidador), iniciada por meio da Resolução nº 038/2012 – CME – Conselho Municipal de Educação. Nesta Resolução indicou-se este profissional especificamente para o aluno com deficiência física, uma vez constatada a necessidade de atendimento individualizado, conforme discriminação a seguir:

I -que possuem graves comprometimentos motores e/ou comorbidades, acompanhadas por alterações na sensação, percepção, cognição, comunicação e comportamento, podendo também ser acompanhadas por crises convulsivas, fazendo uso de cadeira de rodas;

II - que necessitam de auxílio e cuidados na alimentação, locomoção, higienização e uso do banheiro;

III - que utilizam aparelhos, equipamentos, sondas e outros dispositivos prescritos por profissional da medicina.

Ao instituir esta função, o município atendeu ainda a Lei Federal nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que em seu Art. 3º, Parágrafo Único determina que: “*Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado”*

A presença do monitor/cuidador no espaço escolar visa garantir a permanência, o acesso ao conhecimento escolar, interação com o ambiente e as estratégias adequadas a cada tipo de comprometimento, promovendo o auxílio necessário à locomoção, comunicação, conforto e segurança dos alunos.

O monitor/cuidador compõe a equipe de trabalho da Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino, devendo atuar diretamente em prol da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, estando a sua presença na unidade de ensino, condicionada à permanência de alunos com necessidades educacionais especiais com acentuado comprometimento.

O trabalho desenvolvido pelo Auxiliar de Vida Escolar deve atender às normas de serviço para a execução da função, de acordo a Portaria Nº 1.026/2013, emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

**10.1.12. Professor do Atendimento Educacional Especializado**

O professor deve compor o quadro efetivo do magistério público municipal, com graduação em Licenciatura, pós-graduação e formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento aos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. A formação deverá ser de acordo com sua área especifica, devendo desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema BRAILLE, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Autônoma, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

O professor regente da sala de recursos multifuncional tem as seguintes atribuições:

• Atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado dos alunos com deficiência e Transtorno Globais do Desenvolvimento;

• Elaborar o Estudo de Caso individual do aluno matriculado do Atendimento Educacional Especializado a partir da entrevista familiar e pedagógica junto ao professor regente;

• Elaborar e executar Plano Individual do AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

• Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

• Realizar avaliação inicial (observação e registro no plano de AEE), manter avaliação contínua bimestralmente, com relatório descritivo, relacionado ao Plano de AEE;

• Planejar os atendimentos e manter registro conforme orientações, encaminhando os relatórios à SMED, quando solicitados;

• Orientar quanto às estratégias já utilizadas nas Salas de AEE, buscando junto ao professor regente do ensino regular novas estratégias;

• Orientar os professores da sala regular sobre as TAs (Tecnologias Assistivas) para favorecer o aluno no aprendizado do seu dia-a-dia, possibilitando adequação especifica para cada caso.

• Promover e garantir a participação dos alunos atendidos em todos os ambientes e ações escolares que fazem parte da integração biopsicossocial do aluno, tais como: intervalo, excursões, atividades esportivas , culturais entre outras;

• Participar dos conselhos de classe das salas de aula regular dos alunos atendidos;

• Manter parceria com os gestores e demais profissionais da escola;

• Proporcionar formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola na Perspectiva de uma Educação Inclusiva, utilizando os momentos de Atividades Complementares-ACs, em comum acordo com o coordenador pedagógico;

• Possibilitar espaços de discussão com os demais professores da unidade escolar, bem como professores dos alunos atendidos de outras unidades quando houver (em dias e horários a definir), estabelecendo metas comuns relativas ao aluno em questão;

• Participar da orientação e apoio às famílias dos alunos, junto aos gestores da escola, sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

• Participar de reuniões junto à Equipe de Educação Especial (Psicólogos, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, Pedagogos, Professor de Libras e do Sistema Braille) com a finalidade de orientações, troca de saberes, busca de consultorias, suportes técnicos, encaminhamentos entre outros.

• Agendar reuniões, bimestralmente, com os pais dos alunos atendidos na sala de Recursos Multifuncionais.

• Encaminhar o aluno para atendimento específico no âmbito da saúde em parceria com o serviço social do Núcleo de Educação Especial, quando houver necessidade: oftalmologista, fonoaudiólogo, psicólogo, neuropediatra, psiquiatra, terapia ocupacional, fisioterapia, etc.

• Estabelecer, sempre que pertinente, parceria com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

• Realizar, caso tenha interesse, os cursos ofertados pela Secretaria de Educação, visando formação continuada e aprimoramento da qualidade do Atendimento Educacional Especializado.

• Manter a Equipe de Educação Especial atualizada sobre listagem de alunos atendidos e planejamentos de atividades.

• Manter a organização e manutenção da sala de atendimento junto aos gestores da Unidade Escolar.

• Ao termino de cada ano letivo, elaborar e entregar ao Núcleo de Diversidade por meio da Educação Especial, um Relatório contendo informações pertinentes, aos dados, funcionalidade e a aplicabilidade, elaboração, produção e organização dos serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerados as necessidades específicas dos alunos trabalhados e suas respectivas avaliações.

**11. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Para implantação desta proposta será necessário o envolvimento de todos os componentes da educação municipal que estão à frente do processo de implementação da prática da inclusão educacional. A proposta não pretende substituir as práticas de inclusão bem sucedidas já instaladas nas escolas municipais, mas somar a elas outras situações.

A intenção é que este documento forneça indicativos do que o educando com deficiência deve aprender e também a conviver dentro do espaço escolar, e ainda orientar a cada profissional que trabalha na perspectiva da construção da escola inclusiva.

A reflexão, o questionamento, as necessidades específicas de cada aluno, bem como, o fazer pedagógico inclusivo, devem ser os pilares da proposta. A revisão da mesma, bem como as mudanças para atender às peculiaridades dos alunos conforme sua deficiência, se faz importante para que a proposta se mantenha sempre contemporânea e atualizada.

Lembrando sempre que o documento proposto, defende os direitos de aprendizagem significativa, ao elencar medidas que buscam a construção da escola em que todos têm capacidades para aprender. Neste aspecto, é função da escola conjugar o verbo ensinar e aprender, tendo o tempo presente, a qualidade, o compromisso, a responsabilidade, a acessibilidade, e o aluno real como parâmetros para tornar a inclusão uma ação visível.

A disponibilização de ações e dispositivos necessários à implementação de políticas públicas que promovam a inclusão escolar e assegure uma educação para todos, é uma realidade que deve ser efetivada em toda a Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista, necessitando do empenho dos setores administrativo e pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, dos gestores escolares, do corpo docente e de toda a comunidade escolar, sendo descritas a seguir orientações a serem consideradas por todos os envolvidos no processo de inclusão educacional, a saber:

• A garantia da matrícula do aluno com deficiência em classes comuns, preferencialmente na escola mais próxima de sua residência – direito de todas as crianças e adolescentes garantido na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 53, V), LDB – Lei nº 9394/96 e na recente Lei nº 13.005/2014;

• A escola deve proceder à identificação inicial dos alunos com sinais de deficiência, cabendo unicamente ao médico especializado na área, emitir o relatório diagnóstico, sendo este imprescindível para que a escola possa promover o seu atendimento pedagógico especializado, devendo também este documento ser constituinte do dossiê do aluno;

• Mediante suspeita de deficiência, a escola procederá às orientações necessárias junto às famílias para realização de procedimentos ofertados pelos órgãos de saúde pública para realização da avaliação diagnóstica;

• A organização das turmas deve ser realizada por grupos de idade, devendo no ato da matrícula, viabilizar o agrupamento do aluno com seus pares etários. Se não iguais, deverá ser o mais próximo possível, não além ou aquém de dois anos de diferença. Observar a resolução municipal 019/2009;

• As escolas deverão ter uma organização que facilite a inclusão de alunos com deficiência, evitando a concentração desses alunos numa mesma sala. Faz-se exceção aos alunos surdos, considerando que esse agrupamento é benéfico, desde que não ultrapasse o limite de, no máximo, 20% da turma, garantindo interlocução com seus pares linguísticos para a validação da prática da Língua Brasileira de Sinais;

• O Atendimento Educacional Especializado nas escolas que possuem Sala de Recursos Multifuncionais, deve ser realizado por professor especializado em Atendimento Educacional Especializado e/ou Formação Continuada que o habilite para atuar em áreas de educação especial (comunicação aumentativa e alternativa, Sistema BRAILLE, orientação e mobilidade, Soroban, Libras, ensino de Língua Portuguesa para surdos, dentre outras);

• Nas escolas em que houver alunos com surdez matriculados, deve ser disponibilizados profissionais para exercerem as funções de instrutor e/ou tradutor/intérprete de Libras. Em caso de alunos com deficiência auditiva, estes devem ter acesso ao Sistema FM que é disponibilizado, em parceria com a Secretaria de Saúde via Sistema Único de Saúde - SUS;

• O profissional Auxiliar de Vida Escolar (cuidador) deve ser disponibilizado aos alunos com deficiência que apresentam acentuado comprometimento, e portanto, necessitam de apoio no cotidiano escolar, nas atividades de higienização, alimentação, locomoção. Este profissional deverá contribuir para o alcance da autonomia e independência dos alunos, e consequentemente a promoção da inclusão escolar.

• Ao final de cada ano letivo, deverá ser formada, no âmbito de cada escola, uma comissão de avaliação que conte com a participação da direção, da coordenação pedagógica, dos professores e todos os profissionais envolvidos no processo escolar dos alunos com deficiência (Intelectual, Transtorno Global do Desenvolvimento), para organização do relatório-síntese extraído do relatório contínuo e permanente, com o intuito de determinar o avanço ou a permanência no ano;

• O estabelecimento de convênios de cooperação com os diferentes setores do Poder Público (ensino superior, saúde, assistência social, transporte, urbanismo, cultura, lazer, esporte, dentre outros), é necessário para a promoção de ações conjuntas que visem atender às necessidades dos alunos.

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. (CF/88, art. 203).

O art. 203, inciso IV da CF/88 estabelece: a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

O Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Lei 8.069/90) traz em seu artigo 54, inciso III que: “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, atendimento educacional especializado para as pessoas portadoras de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Para atender à demanda, a partir da observação que se fazem presentes no cotidiano das escolas, relacionadas à violência, negligência familiar, transtornos mentais, doenças infectocontagiosas, Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, controle do Índice de Massa Corpórea IMC (relação entre peso e altura) na Educação Infantil, uso de substâncias psicoativas e diversidade sexual, o Núcleo da Educação Especial Inclusiva atuante no setor Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação, deparou-se com a necessidade da realização de ações articuladas para atender emergencialmente às peculiaridades inerentes a cada uma das situações, para tanto se valeu da parceria com o Programa Saúde na Escola - PSE, enquanto política pública.

A integração e a articulação permanente dos serviços da educação, da saúde e do desenvolvimento social, devem contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino.

Para o alcance de resultados positivos, é necessário a implementação de ações de proteção e atenção que promovam o pleno desenvolvimento da comunidade escolar, tais como:

• O estabelecimento de um fluxo de atendimento dos alunos da rede municipal de ensino nos serviços ofertados pelo SUS, sobretudo nas consultas com médicos especialistas;

• O fortalecimento das ações do Programa Saúde na Escola – PSE (MEC/FNDE);

• A criação de uma equipe de trabalho no Núcleo Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, que trate especificamente dos casos de violência, DSTs, transtornos mentais, uso e abuso de drogas, negligência familiar, dentre outros.

• O estabelecimento de uma comunicação direta entre as unidades escolares e os serviços de proteção à criança, ao adolescente e às suas famílias, tais como os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente, Conquista Criança, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Ministério Público, dentre outros;

• A realização de intervenções conjuntas entre o Centro de Atenção Psicossocial para a Infância e Adolescência – CAPSia e o Núcleo Pedagógico da SMED, garantindo a formação continuada de professores, abordando questões relativas ao transtorno mental, promovendo o acompanhamento e orientação familiar e estabelecendo ações conjuntas de prevenção e promoção da saúde mental.

**12. IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA**

|  |  |
| --- | --- |
| **AÇÃO** | **DATA** |
| Escrita da proposta pela equipe da Educação Especial Inclusiva. | Julho/agosto/setembro-2014 |
| Entrega do documento para análise e apreciação pela Coordenação Pedagógica Geral da Secretaria Municipal da Educação - SMED. | Setembro/outubro – 2014 |
| Recebimento e releitura da proposta para reajustes dos pontos necessários. | Outubro -2014 |
| Devolução da Proposta para a Coordenação Pedagógica Geral. | Novembro -2014 |
| Entrega para apreciação e aprovação pelos representantes da SMED e pelo Conselho Municipal da Educação. | Novembro – 2014 |
| Apresentação da proposta à comunidade escolar, partindo do gestor, coordenador, professores e família em Seminário de início de ano. | Dezembro-2014 |
| Entrega da proposta nas escolas para estudo prévio. | Fevereiro – 2015 |
| Reunião para orientações e tira dúvidas. | Fevereiro – 2015 |
| Execução da proposta pelas escolas. | Março a dezembro – 2015 |
| Visita técnico-pedagógica para acompanhar o processo de execução. | Março a dezembro – 2015 |
| Avaliação da proposta. | Março a dezembro – 2015 |

**13. REFERÊNCIAS**

ALVES, Denise de Oliveira. Sala de Recursos Multifuncionais. Espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 / organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 9. Ed, atual. São Paulo. Saraiva, 1994.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96 – MEC.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Subsecretarias de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recusos Multifuncionais: Espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas Especiais e Classes comuns da Rede Regular / Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª ed. rev. E atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. SEESP/MEC. Brasília, 2006.

CARVALHO. Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CFP- Conselho Federal de Psicologia Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013, 58 p.

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência : DH-PR/SNPD, 2013. 92 p.

DUK. Cynthia. Educar na Diversidade: material de formação docente. 3. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

FÁVERO. EUGÊNIA Augusta Gonzaga, Luiza de Marillac P. Pontoja, Maria Teresa Eglêr Montoan – Aspectos Legais e orientações pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo, 2010.

Impactos da Declaração de Salamanca nos Estados Brasileiros/ Suzana Schwer Funghetto... {et al}. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para Quê? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Elvira Souza. Quando a criança não aprende a ler e a escrever. Coleção cotidiana na sala de aula. Ed. Sobradinho 107, São Paulo, SP. 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér et al. Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa E. Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2004.

PAULON, Simone Maineiri. Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho - Documento subsidiário à política de inclusão. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2007.

POKER, Rosimar Bartoline . Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional. UNESP, 2001. 363p. Tese de Doutorado.

RODRIGUES, M. F.; MIRANDA, S. M. A estimulação da criança especial em casa: entenda o que acontece no sistema nervoso da criança deficiente e como você pode atuar sobre ele. Sã o Paulo: Atheneu, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, ano 5, nº 24, jan./fev. 2002a, pp. 6-9.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

http://www.cedipod.org.br/estatis.htm

http://paginas.terra.com.br/negocios/ancorarte/ppdppah.htm

http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&q=declara%C3%A7%C3%A3o+de+Salamanca%2C+pdf&btnG=Pesquisa+Google&meta=cr%3DcountryBR

www.redesaci.org.br

HTTP://www. Revista Nova Escola- Ano XXII Nº 206, outubro de 2007.

Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2008)

[www.assinoinclusao.org.br/Downloads/Convencao.pdf](http://www.assinoinclusao.org.br/Downloads/Convencao.pdf)

http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentação.